

1.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 14.^a Sessão Ordinária
Realizada em 15 de Abril de 1971 (Quinta-Feira)

Presidência do sr. deputado Wilson Fortes, secretariada pelos srs. deputados Ivo Tomazoni e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Agnaldo Pereira, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Atrhur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciaro Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (46); achando-se ausente, o sr. deputado Santos Lima.

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência tem a grata satisfação de anunciar a presença, neste Plenário, do sr. Prefeito Municipal de São Jorge.

Esta Presidência suspende a sessão por 10 minutos para possibilitar aos srs. Deputados recepcionarem Sua Excelência o senhor Wathen Stather Hunt, Ministro Extraordinário e Plenipotenciário da Grã-Bretanha. Convido os srs. deputados Antônio Costa, Pinto Dias, Xenofonte Villanueva, Wilson Brandão e Lázaro Dumont para integrarem a Comissão de recepção.

(É suspensa a sessão)

O SR. PRESIDENTE — Está reaberta a presente sessão.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE

MENSAGEM:

N.º 1-71

Curitiba, em 12 de março de 1971.

Senhor Presidente.

Trago a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para fins constitucionais, o incluso anteprojeto de Lei que visa criar, na Procuradoria Geral da Justiça, os cargos de 11.º, 12.º e 13.º Procuradores da Justiça, os quais exercerão suas funções preferentemente junto ao Tribunal de Alçada, órgão recém criado na instância superior do Poder Judiciário, que exige, para o seu normal funcionamento, a presença da cúpula do Ministério Público, à

qual incumbe, dentre outras atribuições, a de officiar em processos que tramitam na via recursória.

Aos atuais procuradores da Justiça, em número de dez, não é deferida tal tarefa perante o aludido órgão, por expressa disposição de lei, e nem poderiam eles dela incumbir-se, sem prejuízo de seus trabalhos junto ao Tribunal de Justiça.

Impõe-se, pois, a criação de mais três cargos de procurador da Justiça, número este estritamente necessário para o atendimento dos serviços do Tribunal Pleno e das Câmaras de que se compõe o Tribunal de Alçada.

Certo de que a medida ora submetida a essa Colenda Casa merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PAULO PIMENTEL
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Ficam criados na Procuradoria Geral da Justiça, como integrantes da carreira do Ministério Público, os cargos de 11.º, 12.º e 13.º Procuradores da Justiça, para serem preenchidos na forma da lei.

Art. 2.º — Os ocupantes dos cargos referidos no art. 1.º exercerão suas funções preferentemente junto ao Tribunal de Alçada, podendo ser designados, de acôrdo com as necessidades do serviço, pelo Procurador Geral da Justiça, para funcionarem perante o Tribunal de Justiça ou suas câmaras, isoladas ou reunidas.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIOS:

Sob o n.º 9-70, do senhor Governador do Estado, comunicando que em data de 5 de março do corrente ano, SANCIONOU o Projeto de Lei n.º:

19-70:

Do senhor ex-deputado estadual TULIO VARGAS, que autorizou o Poder Executivo à elevar o valor da pensão mensal concedida à viúva Maria Alves Espinheira, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.187. — **Agradeça-se.**

Sob o n.º 01.22.71, do senhor PEREIRA LOPES, presidente da Câmara dos Deputados, comunicando haver sido eleita e empossada a Mesa daquela Câmara dos Deputados, que dirigirá os trabalhos da 1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura. — **Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.**

Sob o n.º 145, do senhor IVAN ORDINE RIGHT, comunicando haver assumindo o cargo de Procurador Geral da Justiça do Estado. — **Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.**

Sob o n.º 26, do senhor ANIERO DA SILVEIRA, comunicando haver assumido o cargo de 1.º Procurador da Justiça do Estado, pelo Decreto n.º 22.671, de 11 de março do corrente ano. — **Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.**

Sob o n.º 1-71, do senhor NABOR MORAES NETTO, comunicando haver assumido o cargo de Secretário de Estado dos Negócios do Trabalho e Assistência Social. — **Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.**

Sob o n.º 442-71, do senhor RUBENS SUPPLY FERREIRA DO AMARAL, comunicando que assumiu as funções de Executor do Acôrdo de Classificação no Estado do Paraná, pelo Decreto n.º 126, de 23.03.71. — **Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.**

Sob o n.º 93-71, do senhor EDGARD DANTAS PIMENTEL, presidente da Câmara Municipal de Curitiba, encaminhando cópia autêntica de Requerimento n.º 163-71, de iniciativa do vereador ENÉAS FARIA, aprovado por aquela

Câmara do qual foi prestada justa e merecida homenagem ao deputado NIVALDO KRÜGER. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

Sob n.º 601-71, do senhor PERCY RIGOTTO, comunicando haver assumido as funções de Diretor da Diretoria Central do Orçamento, pelo Decreto n.º 52, de 17 de março do corrente ano. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Do senhor JOSÉ CUNHA NETTO, presidente da Câmara Municipal de Califórnia, comunicando haver sido eleita e empossada a nova Mesa Executiva daquela Câmara, durante o biênio 1971-1972. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Sob o n.º 41-71, do senhor ATILA BUENO MENDES, presidente da Câmara Municipal de Jundiá do Sul, comunicando haver sido eleita e empossada a nova Mesa que dirigirá os trabalhos daquela Câmara, para o ano de 1971. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

OFÍCIO:

Curitiba, 13 de abril de 1971.

Ofício n.º 170-71

Ao Exmo. Sr.

Wilson Fortes — DD. Presidente da Assembléia Legislativa e demais Deputados Estaduais.

CURITIBA — PARANÁ.

Senhor Presidente:

Tenho a elevada honra de convidar Vossa Excelência e os ilustres Membros dessa Assembléia Legislativa, para a Sessão Solene que a Câmara Municipal da Lapa fará realizar, dia 16 do corrente, sexta-feira, às 10 horas, nos Salões do Clube Lapeano, quando será entregue o título de "Cidadão Honorário Lapeano, ao exmo. sr. general José Campos de Aragão.

Pelos vossos comparecimentos, antecipadamente, agradeço e valho-me da oportunidade para reiterar os meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente

(a) Fencion Weinhardt Moreira

Presidente

INDICAÇÃO:

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, indica o deputado José Muggiati Filho, para integrar a Comissão Especial que estudará o problema da paralisação das obras da Estrada de Ferro Central do Paraná.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1971.

(a) Nivaldo Krüger

INDICAÇÃO:

Senhor Presidente:

Na qualidade de Líder da Aliança Renovadora Nacional, INDICO à Mesa, para compôr a Comissão Especial para verificar as Obras da Estrada de Ferro Central do Paraná, os seguintes srs. deputados:

PAULO POLI

ANTÔNIO LOPES JÚNIOR

BASÍLIO ZANUSSO

MARCIANO BARANIUK

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1971.

(a) João Mansur

INDICAÇÃO:

Senhor Presidente:

O Deputado que êste subscreve, na qualidade de Líder da ARENA e Governo, indica os seguintes senhores Deputados para integrarem a Comissão Parlamentar de Inquérito, para apurar irregularidades verificadas no Governo passado.

ERONDY SILVÉRIO
GILBERTO CARVALHO
WILSON BRANDÃO
PINTO DIAS

Sala das Sessões, em 15 de Abril de 1971.

(a) João Mansur

REQUERIMENTOS:

Senhor Presidente:

O Deputado que êste subscreve, nos termos regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que encaminhe ofício ao excelentíssimo senhor desembargador Joaquim de Oliveira Sobrinho, digníssimo Corregedor Geral da Justiça do Estado, sugerindo a adoção de providências, a exemplo de São Paulo (Provimento no. 2, de 15.3.71) visando a disciplinação, para efeito de evitar abusos, do protesto de títulos pelos cartórios competentes.

Desta forma, os Escrivães dos Cartórios de Protestos de Títulos, sob pena de responsabilidade devem cumprir rigorosamente as prescrições do art. 730 do Código de Processo Civil, fazendo as intimações por carta registrada com recibo de volta ou entrega em mão própria. Só se valerão de edital, no qual será mencionado o CIC ou o RG do devedor, sempre que tais dados figurem nos títulos levados a protestos, quando o devedor estiver em lugar incerto, o que deverá ser certificado, ou fôr pessoa desconhecida. Será certificado que o devedor está em lugar incerto só após esgotados os meios normais de localização, dentre os quais a busca de endereços constantes das listas telefônicas.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1971.

(a) Sebastião Rodrigues

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que êste subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao ilmo. sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, solicitando o revestimento da estrada que demanda de São Mateus do Sul ao entroncamento ao distrito de Riozinho, passando por Estiva, indo até a estrada geral de União da Vitória a Irati em vista das precárias condições em que se encontra a referida estrada, a qual vem causando sérios transtornos e grandes prejuízos aos moradores daquela progressista região.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1971.

(a) Domicílio Scaramella

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que êste subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, que se determine a expedição de ofício ao senhor Governador do Estado, sugerindo que aquela autoridade encaminhe projeto de Lei à Assembléia Legislativa, isentando de taxas e feitura de carteiras de identificação e certidões de boa conduta, expedidas pela Secretaria de Segurança.

Prende-se a sugestão pelo fato de que, com a isenção de taxas naqueles documentos, seriam trabalhadores de nosso Estado os maiores beneficiados, já que dos mesmos necessitam para encontrar colocação no mercado de mão de obra.

Poderia parecer, à primeira vista, insignificantes tais taxas; contudo, se observar a quantidade de trabalhadores que lutam com dificuldades para conseguir juntar o numerário suficiente para esse fim, o Estado os serviria melhor se autorizasse a isenção proposta.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1971.

(a) **Nivaldo Krüger**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

1 — A concessão dos passes livres aos seus antigos servidores aposentados, por parte da Rêde Ferroviária Federal S.A., está regulamentada pelo Decreto n.º 56.378, de 15 de maio de 1968, em seu artigo 2.º, que diz:

“Poderá a Rêde Ferroviária Federal S.A., conceder passes livres em trens de pequeno percurso e passagens gratuitas, até o limite de 12 por ano, em trens de longo percurso, a antigos servidores aposentados ou com 30 ou mais anos de serviço efetivos prestado às estradas a ela incorporadas, ou em consequência de acidente do trabalho”.

2 — Por determinação do Exmo. Sr. Presidente da R.F.F.S.A. os beneficiários de passes livres, que já haviam recebido esse benefício legal, tiveram seus passes suspensos.

3 — Pede que, ouvida a Casa, seja dirigido respeitoso apêlo ao exmo. sr. Presidente da Rêde Ferroviária Federal S.A., apelando-se ao espírito altamente esclarecido de Sua Excelência, no sentido de que, sem quebra de sua incontestável e profícua autoridade, se digne deixar sem efeito tal resolução liberando novamente o uso dos passes livres já anteriormente concedidos, por parte de seus funcionários aposentados.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1971.

(a) **Muggiati Filho**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, usando dos dispositivos regimentais, requer que a Mesa, após ouvido o Plenário, oficie ao Departamento de Estradas de Rodagem, solicitando suas providências no sentido de que determine a conservação da estrada que liga Reserva a Cândido de Abreu, particularmente do trecho compreendido entre Reserva e Três Bicos, que se encontra em situação deplorável, em decorrência das chuvas que caíram na região nos últimos dias.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1971.

(a) **David Federmann**

JUSTIFICATIVA:

Os municípios de Reserva e Cândido de Abreu, compreendendo região eminentemente agrícola, têm-se ressentido no escoamento de suas safras, em virtude da precariedade das suas estradas.

É justo pois, que o Departamento de Estradas de Rodagem determine as medidas sugeridas por essa Proposição, a fim de dar melhores condições ao tráfego por aquela estrada.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, considerando:

1.o — que atualmente a denominada indústria do turismo é aquela que apresenta maior faturamento e que mais rende divisas no mundo inteiro, sobrepunhando, inclusive, as indústrias de material pesado e de automobilismo, somadas;

2.o — que o Estado do Paraná reúne extraordinárias condições para executar uma política administrativa de turismo fabulosa, aproveitando os seus ilimitados recursos dotados pela natureza;

3.o — que ao lado dos afamados recursos de Foz do Iguaçu, Guaíra, Vila Velha, Grutas de Bocaiúva e de Campinas, fontes de água mineral como Ouro Fino, Santa Clara e Dorizon, as belezas da Serra do Mar, o nosso litoral, existem em praticamente todos os municípios do Estado locais para aproveitamento do turismo, como por exemplo o rio subterrâneo de Sengés e Vale da Ribeira, a nascente do rio da Várzea, as paisagens dos rios Iguaçu, Tibagi, Piquiri, Ivaí, as famosas Grutas da legendária Lapa e outros;

4.o — que, a Capital do Estado, como ponto obrigatório de passagem dos turistas que demandam do sul para o Norte do Brasil e vice-versa, além daqueles que demandam de países platinos, reúne, ao lado de inúmeros atrativos, possibilidades para desenvolver o turismo;

5.o — que, por outro lado, não existe ainda um Plano Diretor do Turismo Paranaense, que possa nortear e dirigir sua diretriz em bases técnicas, utilizando-se os recursos existentes e contratando elementos capazes para um planejamento racional e objetivo que efetivamente possa, a curto tempo, apresentar os rendimentos esperados.

Requer seja oficiado ao exmo. sr. Governador do Estado e ao sr. Presidente da Paranatur, sugerindo a realização de um Simpósio do Turismo Paranaense ao qual seriam convidados os Prefeitos dos Municípios do Estado, técnicos de turismo, representantes das associações de classe, hoteleiros e agentes de viagens, oportunidade em que poderia ser definido o início do plano Diretor do Turismo do Paraná.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1971.

(a) Maurício Fruct

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Com nosso voto pessoal, esta Casa aprovou ontem a formação de Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar, segundo o requerimento, irregularidades nos serviços de transporte coletivo municipais e intermunicipais, bem assim nos serviços de táxi.

Preliminarmente, queremos dizer que identificamos os objetivos verdadeiros desta Comissão Parlamentar de Inquérito, e por isso mesmo demos nosso voto favorável.

Ninguém desconhece e jamais escondemos que entre os homens do transporte coletivo estão nossos mais leais companheiros, homens que se orgulham de ter dado à comunidade o esforço de suas vidas.

Se nosso voto tivesse sido contrário à constituição dessa Comissão de Inquérito, estaríamos passando recibo de que haviam sido alcançados seus motivos rasteiros. Ao recusarmos apoio à proposição, estaríamos insultando esses nossos companheiros, fazendo crer que suas atividades, trabalhosas e honestas, temeriam qualquer espécie de devassa. Estaríamos também menosprezando a lealdade que nos une, de muitos anos, de muitas lutas, e que não será jamais colocada em xeque por uma malograda tentativa de represália, partida de mentes distorcidas que não encontram argumentos de luta no campo da verdade e da decência.

Como preteridemos fazer deste nosso último e único pronunciamento sobre o assunto, visto sentirmo-nos envergonhados de levar para fora da Casa convivência em ato irresponsável, não quisemos calar sem antes defender personalidades para quem a constituição dessa Comissão de Inquérito constitui insulto,

Fique ciente, quem não o sabe, que toda política do transporte coletivo municipal encontra-se há vários anos sob responsabilidade normativa de um colegiado, o Conselho Municipal de Transportes e Sinalização, órgão integrado por representantes de categorias sociais, profissionais e econômicas, sob a presidência de um membro designado pela Quinta Região Militar.

São professores universitários, vereadores, trabalhadores assalariados, técnicos em trânsito, estudantes e militares, que deixam suas atividades para emprestar nesse Conselho sua parcela de contribuição para que a comunidade tenha um serviço essencial bem organizado e inatacável.

Foram estes os homens insultados quando se afirmou, em um requerimento irresponsável que só visava atingir nossa pessoa, que existem irregularidades no serviço de transporte coletivo municipal.

Insultou-se, principalmente, um homem de grande dignidade a quem Curitiba, o Estado e esta Nação muito devem. Um militar ilustre como é o coronel Pérsio Ferreira, que por suas qualidades como Presidente do Conselho Municipal de Transportes e Sinalização nos últimos anos, foi alçado ao Comando da Polícia Militar do Estado e agora ao alto cargo de Secretário dos Negócios da Segurança Pública. Insultou-se também o atual detentor daquela Presidência, coronel Virmond, bem assim o próprio comando militar que os designou, exatamente para que não pairassem dúvidas sobre um setor de máximo interesse para a segurança, nem se levantassem acusações irresponsáveis como em outros tempos foi moda de demagogia.

Como estamos nos eximindo, através deste pronunciamento, de partilhar desse insulto, queremos também dizer que não podemos sequer respeitar a inteligência do autor do requerimento que originou a Comissão Parlamentar de Inquérito. Constitucionalmente, pertence ao Município a prerrogativa de autonomia de disciplinar seus serviços públicos. Neste plano, investiu esta Casa, em iniciativa inconstitucional, contra o Poder Público Municipal, presumindo numa ingerência indevida que o Prefeito permitiria irregularidades e que os nobres Vereadores de minha cidade não cumprem sua missão de fiscalizar.

Nessas condições, senhores Deputados, nosso voto favorável à matéria restringiu-se à intenção de abonar, por tranquilidade, a atuação dos homens que vieram do trabalho para construir em Curitiba um sistema de transporte que é considerado como dos melhores organizados da América Latina. E, também, de fazer sentir aos autores do requerimento que suas intenções camufladas não haviam acertado o alvo no que nos respeita.

Nossa atuação nesta Casa jamais será cerceada por expedientes, manobras ou subterfúgios, em termos de comportamento político. Não somos coequentes porque nos falte imaginação; mas porque nos sobra dignidade e honrabilidade, virtude que hoje infelizmente nem sempre encontramos a nos responder.

Finalmente, senhor Presidente, tendo em vista a matéria de que tratará a Comissão Parlamentar de Inquérito, e para que não fiquem dúvidas sobre a nossa posição, requeremos a Vossa Excelência, como é facultado regimentalmente, que encaminhe cópia literal deste nosso pronunciamento ao excelentíssimo senhor Prefeito de Curitiba, à egrégia Câmara Municipal de Curitiba, ao digníssimo senhor Secretário de Segurança Pública, ao atual Presidente do Conselho Municipal de Transportes e Sinalização, ao senhor Chefe da Agência local do Serviço Nacional de Informações e — finalmente, — ao excelentíssimo senhor Comandante da Quinta Região Militar.

Se assim solicito, é por ter certeza de que estas autoridades, todas responsáveis pela política de transporte coletivo urbano, terão o máximo interesse em acompanhar o que sobre o assunto fôr debatido em nível de Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1971.

(a) Erondy Silvério

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Considerando os esforços dos governos estadual e federal, e da elogiável administração da COPEL, em dotar o Paraná com energia elétrica em todos os municípios e grandes distritos;

Considerando que no município de Cianorte, os distritos de São Lourenço e o patrimônio de Vidigal, apesar de serem grandes produtores de cereais, e de grande concentração humana, não dispõem de energia elétrica de qualquer espécie ou procedência;

Considerando que tal fato tem prejudicado o normal desenvolvimento e progresso dessas localidades;

Considerando, finalmente, a Companhia Paranaense de Energia Elétrica, ter demonstrado interesse em eletrificar a região, REQUER, ouvido o Plenário, seja oficiado à essa Companhia, no sentido de determinar sejam aquelas localidades beneficiadas — com prioridade — com energia elétrica, inclusive construção de rede de distribuição.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1971.

(a) — OVIDIO FRANZONI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente,

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao exmo. sr. Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, solicitando a instalação de uma Agência de Rendas, no Distrito de Ivaté, município de Umuarama, pelas razões abaixo expostas.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1971.

(a) MARCIANO BARANIUK

JUSTIFICATIVA:

O referido Distrito está localizado a 45 km. de Umuarama, e tem sua arrecadação média mensal de Cr\$ 60.000,00 (Sessenta mil cruzeiros).

E justo que ao contribuinte seja facilitada a tarefa de recolhimento, proporcionando a economia ao contribuinte que não terá necessidade de arcar com despesa de locomoção para pagar os seus impostos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente,

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, seja enviado ao Diretor da Editora "O Estado do Paraná", o Ofício n. GS-135-71, ora lido desta tribuna.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1971.

(a) IVO TOMAZONI

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N. 3271

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido ao General de Divisão José Campos de Aragão o título honorífico de Cidadão Paranaense, por relevantes serviços prestados à comunidade do Estado e à Nação.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 15 de abril de 1971.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

JUSTIFICAÇÃO:

A comunidade deste Estado, formada não só dos aqui nascidos mas também por gente de todo o Brasil que veio construir no Paraná uma nova ordem social e econômica baseada no trabalho e no otimismo, deve ao General José Campos de Aragão, gratidão e respeito por suas atitudes firmes mas serenas, otimistas e tranquilizadoras sempre, com que desempenhou o Comando Militar no Paraná e Santa Catarina, exatamente nos momentos mais delicados da vida institucional brasileira.

Se a atuação do Chefe Militar consciente, patriota e amigo não bastasse, com todo seu crédito de manter a tranquilidade em todos os setores públicos e privados, releva aqui no Paraná a figura humana desse cidadão revolucionário, que uniu Exército e povo em ações sociais para a construção de um futuro mais fraterno.

Oportunamente juntar-se-á, para registro nos Anais da Casa, a extensa lista de serviços do homenageado. Mas acima da admiração pelos cargos de relevo, pelas medalhas e pelas comendas, estará sempre o preito de gratidão de uma comunidade que deve a seu líder militar a tranquilidade e o estímulo para construir aqui e já o Brasil Grande sonhado pelos homens de

PROJETO DE LEI N. 33-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar, ao Hospital Psiquiátrico "Cândido Berthier Fortes", de Paranavai a camioneta Rural Willys — ano de fabricação 1966, motor n. B.6-267.643, chassis n. 6-8222-04927, de 6 cilindros, 90 HP, cor verde, placa n. 28-07 de propriedade do Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1971.

(aa) — WILSON FORTES e PAULO POLI.

JUSTIFICATIVA:

O veículo que se pretende doar, por este Projeto de Lei, está cedido pelo Estado ao estabelecimento hospitalar, há já algum tempo.

Tendo em vista esse particular e considerando-se os serviços que o referido hospital presta ao Estado, quando dispensa atendimento à população desamparada, a medida é perfeitamente cabível.

PROJETO DE LEI N. 34-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Escola Normal de grau colegial, na sede do município de Barra do Jacaré.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1971.

(a) WILSON FORTES.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei trata de proporcionar à população escolar de Barra do Jacaré a continuidade natural, tendente à profissionalização, do sistema de ensino atualmente vigente. A Escola Normal de grau colegial ha de abrigar a juventude que conclui o curso ginásial e, fiel à sua vocação, reclama o prosseguimento da respectiva formação cultural e profissional.

A região comporta, social e economicamente, o estabelecimento, pelo que a medida ganha em conveniência e oportunidade.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a presença nesta Casa, dos exmos. srs. Prefeitos municipais de Diamante do Norte, de Guairaça, de Nova Esperança, e de vereador do município de Medianeira.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Ivo Tomazoni.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, srs. deputados.

Venho a esta tribuna, apenas para dar conhecimento ao Plenário do teor do ofício que estou encaminhando ao exmo sr. Diretor da Editora “O Estado do Paraná”, editora que tem proporcionado a este Estado informações de toda natureza, e que tem circulado em todo o território paranaense, razão pela qual, é justo que preocupe este deputado quando da inserção, na sua edição de hoje, e no programa informativo do Canal 4, TV Iguaçu, na noite de ontem, tenha aludido à presença deste deputado na Secretaria da Fazenda. É necessário que eu dê conhecimento a esta Casa dos termos do ofício que endereço àquela Editora: (Lendo).

“Senhor Diretor:

Venho, através do presente, demonstrar a Vossa Senhoria minha profunda estranheza ante a notícia veiculada pela TV Iguaçu Canal 4, em “Show de Jornal”, de ontem, às 22 horas, e o matutino “O Estado do Paraná”, edição de hoje, integrantes da rede informativa dessa conceituada Editora e segundo a qual teria o signatário recebido tratamento inadequado por parte do eminente Secretário dos Negócios da Fazenda doutor Lineo Klüppel.

Acredito, sinceramente, haja acontecido uma involuntária falha do jornalista captador de tal informação, eis que, além da ausência do titular daquela importante Pasta desta Capital, em momento algum e quando de nos sos contatos pessoais com Sua Excelência, nunca deixei de receber de sua parte o peculiar bom trato, próprio de cidadãos de sua estatura moral e cultural. Afirme-se, também, e a bem da verdade, que esse trato sempre foi estendido, não só à nossa Comissão Executiva, como a todos que buscam Sua Excelência para assuntos relevantes e ligados às suas atividades de cada dia.

Muito apreciaria, portanto, fosse facilitada uma reposição deste fato, a fim de evitar distorções que confio não sejam do interesse desses veículos de difusão, aos quais a Assembléia Legislativa do Estado dispensou, em todos os momentos, a maior liberdade de ação.

Ao ensejo, e convicto de suas valiosas providências a respeito, asseguro a Vossa Senhoria os protestos de minha elevada estima e distinguida consideração”.

Era, sr. Presidente, o comunicado que pretendia fazer, porque não faltou S. Exa. com a lhanza no trato com o 1.º Secretário deste Poder, mesmo porque, ontem, nem mesmo anteontem, estivemos naquela Secretaria por encontrar-se S. Exa. viajando ao Rio e Brasília, fato que devíamos trazer ao conhecimento do Plenário, para evitar possíveis desentendimentos entre a Mesa Executiva desta Assembléia com aquele Secretário de Estado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Presidência tem a satisfação de anunciar a presença neste Plenário do sr. Prefeito Municipal de Nova Esperança.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, sr. deputado Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Voltamos hoje à tribuna com a mesma preocupação de sempre, isto é, a situação em que se encontra o funcionalismo público do Estado do Paraná.

Segundo está transpirando no meio do funcionalismo público, as Companhias de Seguro, que mantêm convênio com a classe funcional, estão alertando a mesma que não pagarão os prêmios à família do barnabé que vier a falecer.

A alegação dessas Companhias é de que o Governo não está pagando ninguém, muito menos os prêmios descontados em folha dos funcionários.

Em resumo, o barnabé que morrer corre o risco de deixar sua família na penúria pois a mesma, por certo, em determinadas circunstâncias, não terá dinheiro sequer para o seu enterro.

Desta maneira, aproximadamente cem mil funcionários estaduais, se morrerem, estão fadados a que seus corpos sirvam de estudo, nos laboratórios, para os estudantes de Medicina.

Perdoem-me a linguagem que pode parecer irônica. Não a uso com desrespeito, eu a uso porque entendo ser uma forma de descrever fielmente a imagem da situação de nosso Estado com relação ao funcionalismo público.

O mais grave, sr. Presidente, é que o Governo determinou o pagamento de vencimentos correspondentes ao mês de março dos funcionários da Saúde, deixando para trás o mês de fevereiro.

Com isto, praticamente rompeu todos os acordos vigentes entre o funcionalismo e as empresas de seguro, há vários anos, causando um prejuízo enorme à classe funcional que vinha, com segurança, organizando um pecúlio para os dias futuros.

É de se perguntar neste instante: O Governo assume toda a responsabilidade pelos acontecimentos que possam envolver esses funcionários? O Governo está disposto a ressarcir, através de indenização, as famílias que forem vítimas de acontecimentos funestos? É a pergunta que fazemos.

Segundo informações colhidas, os órgãos arrecadadores do Estado continuam arrecadando o ICM e todas as taxas a que têm direito. Com isto, entendemos nós que poderia o Governo, perfeitamente, colocar em dia...

O SR. PRESIDENTE — Lembro ao nobre Deputado que falta um minuto para terminar o tempo de que dispunha para ocupar a tribuna no Pequeno Expediente.

O SR. ALVARO DIAS — ... colocar em dia o pagamento de todos os funcionários. Entendemos também que esta Casa estaria disposta a aprovar uma autorização para empréstimo, a fim de que as folhas de pagamento de todos os servidores do Estado fossem colocadas em dia.

O que não podemos entender é que perdure esta situação anômala, em que o funcionalismo não tem dinheiro nem mesmo para se locomover aos locais de trabalho, com contas vencidas em armazens, com títulos protestados, pagando, quando pode, elevados juros, inclusive taxas extras de tarifas estaduais como telefones, água, luz. É incrível o que está acontecendo, o credor pagando juros ao seu devedor. É a primeira vez que isto acontece. A responsabilidade é do Governo e ele deve assumi-la por inteiro. Uma medida a curto prazo deve ser tomada porque não podemos admitir mais que o funcionalismo público permaneça neste estado de humilhação em que se encontra. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o terceiro orador inscrito, sr. deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Senhor Presidente, senhores Deputados:

(Lendo): "Com nosso voto pessoal, esta Casa aprovou ontem a formação de Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar, segundo o requerimento, irregularidades nos serviços de transporte coletivo municipais e intermunicipais, bem assim nos serviços de táxi.

Preliminarmente, queremos dizer que identificamos os objetivos verdadeiros dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, e por isso mesmo demos nosso voto favorável.

Ninguém desconhece e jamais escondemos que entre os homens do transporte coletivo estão nossos mais leais companheiros, homens que se orgulham de ter dado à comunidade o esforço de suas vidas.

Se nosso voto tivesse sido contrário à constituição dessa Comissão de Inquérito, estaríamos passando recibo de que haviam sido alcançados seus motivos rasteiros. Ao recusarmos apoio à proposição, estaríamos insultando esses nossos companheiros, fazendo crer que suas atividades, trabalhos honestos temeriam qualquer espécie de devassa. Estaríamos também menosprezando a lealdade que nos une, de muitos anos, de muitas lutas e que não será jamais colocada em xeque por uma malograda tentativa de represália, partida de mentes distorcidas que não encontram argumentos de luta no campo da verdade e da decência.

Como pretendemos fazer dêste, nosso último e único pronunciamento sobre o assunto, visto sentimo-nos envergonhados de levar para fora da Casa convicção em ato irresponsável, não quisemos calar sem antes denunciar personalidades para quem a constituição dessa Comissão de Inquérito constitui insulto.

Fique ciente, quem não o sabe, que toda a política de transporte coletivo municipal encontra-se há vários anos sob responsabilidade normativa de um colegiado, o Conselho Municipal de Transportes e Sinalização, órgão integrado por representantes de categorias sociais profissionais e econômicas, sob a presidência de um membro designado pela Quinta Região Militar.

São Professores Universitários, Vereadores, Trabalhadores assalariados, técnicos em trânsito, estudantes e militares, que deixam suas atividades para emprestar nesse Conselho sua parcela de contribuição para que a comunidade tenha um serviço essencial bem organizado e inatacável.

Foram êstes os homens insultados quando se afirmou, num requerimento irresponsável que só visava atingir nossa pessoa, que existem irregularidades no serviço de transporte coletivo municipal.

Insultou-se, principalmente, um homem de grande dignidade a quem Curitiba, o Estado e esta Nação muito devem. Um militar ilustre como é o coronel Pérsio Ferreira que, por suas qualidades como presidente do Conselho Municipal de Transportes e Sinalização nos últimos anos, foi alçado ao Comando da Polícia Militar do Estado e agora ao alto cargo de Secretário dos Negócios da Segurança Pública. Insultou-se também o atual diretor daquela Presidência, Coronel Virmond, bem assim o próprio Comando Militar que os designou, exatamente para que não pairassem dúvidas sobre um setor de máximo interesse para a segurança, nem se levantassem acusações irresponsáveis como em outros tempos foi moda de demagogia.

Como estamos nos eximindo, através deste pronunciamento, de partilhar dêste insulto, queremos também dizer que não podemos sequer respeitar a inteligência do autor do requerimento que originou a Comissão Parlamentar de Inquérito. Constitucionalmente, pertence ao Município a prerrogativa de autonomia de disciplinar seus serviços públicos. Neste plano, investiu esta Casa em iniciativa inconstitucional contra o Poder Público Municipal, presumindo, numa ingerência indevida, que o Prefeito permitiria irregularidades e que os nobres Vereadores de minha cidade não cumprem sua missão de fiscalizar.

Nessas condições, senhores Deputados, nosso voto favorável à matéria restringiu-se à intenção de abonar, por tranquilidade, a atuação dos homens que vieram do trabalho para construir em Curitiba um sistema de transporte que é considerado como dos melhores organizados na América Latina. E, também, ainda, de fazer sentir aos autores do requerimento que suas intenções cambaias não haviam acertado o alvo, no que nos respeita.

Nossa atuação nesta Casa jamais será cerceada por expedientes, manobras ou subterfúgios, em termos de comportamento político. Não somos coerentes porque nos falta imaginação, mas porque nos sobra dignidade e ombridade, virtude que hoje infelizmente nem sempre encontramos a nos responder.

Finalmente, sr. Presidente, tendo em vista a matéria de que tratará a Comissão Parlamentar de Inquerito, e para que não fiquem dúvidas sobre a nossa posição, requeremos a V. Exa., como é facultado regimentalmente, que encaminhe cópia literal deste nosso pronunciamento ao exmo. sr. Prefeito de Curitiba, a egrégia Câmara Municipal de Curitiba, ao digníssimo sr. Secretário de Segurança Pública, ao atual Presidente do Conselho Municipal de Transportes e Sinalização, ao sr. Chefe da Agência local do Serviço Nacional de Informações e, finalmente, ao exmo. sr. Comandante da 5.ª Região Militar.

Se assim solicito, é por ter certeza de que estas autoridades, tódas responsáveis pela política de transporte coletivo urbano, terão o máximo interesse em acompanhar o que sobre o assunto fôr debatido em nível de Comissão Parlamentar de Inquerito.

Era. só (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Paulo Poli.

O SR. PAULO POLI — Exmo. sr. Wilson Figueiredo Fortes, digníssimo Presidente desta Casa; exmo. sr. deputado Ivo Tomazoni, eminente primeiro Secretário; exmo. sr. deputado Quielse Crisóstomo, digníssimo segundo secretário.

Temos em mãos uns tantos radiogramas solicitando providências no sentido de que a Estrada BR-36 seja construída pelo seu traçado originariamente planejado, isto é, passando por Ubiratã, em cuja linha já se encontra uma ponte de concreto construída há muitos anos.

Neste sentido, sr. Presidente, acaba de ser enviado à Mesa, para apreciação do Plenário, um requerimento, cuja leitura iremos proceder em seguida.

Lêndó):

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

Os Deputados que éste subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais,

Considerando que, o Governo Federal, por intermédio do D.N.E.R., para o exercício em curso, executará diversas obras rodoviárias em todos os Estados da Federação;

Considerando que, em nosso Estado, uma das obras rodoviárias a ser executada é a BR-369, interligando a cidade de Cascavel a Campo Mourão;

Considerando que, diante das notícias propaladas por diversos setores, a BR-369, cujo traçado atingiria os locais de Corbélia, Penha, Ouro Verde, Ubiratã, Campina da Lagôa, Juranda, Rio Verde, Pensamento, Marumbê, Piquiri, Ivaí, será desviado o traçado por regiões diferentes;

Considerando que, o traçado rodoviário da BR-369, seu projeto tem sua viabilidade econômica devidamente comprovada pelas recentes estatísticas realizadas pelo próprio DNER, em fevereiro do exercício em curso;

Considerando finalmente, que em decorrência de todos os fatores, quer populacionais, produtivos da região, e considerando afinal, que o próprio custo de execução da obra rodoviária, quer pela existência da construção de pontes de concreto, e pela topografia do terreno, aconselhável será que a execução se processe pelo traçado referido.

Ouvido o Plenário, apelar ao excelentíssimo Ministro de Transportes, no sentido de que, a Rodovia BR-369, seja executada pelo traçado já previsto

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1971.

(aa) — PAULO POLI — FRANCISCO ESCORSIN — JORGE SATO".

O SR. PAULO POLI — Temos em mãos aqui, sr. Presidente, alguns dados históricos que provam, por fatos, a conveniência da construção desta estrada, segundo o que, estamos sugerindo através de nosso requerimento.

Temos também um radiograma que recebemos na tarde de hoje do sr. Celso Tramontini, de Campina da Lagôa e outro do sr. Homero Vicente de Paulo. (Lê):

(A matéria lida não foi encaminhada ao Serviço Taquigráfico).

Sr. Presidente, era o que nós pretendíamos trazer na tarde de hoje desta tribuna. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito para o pequeno Expediente, sr. deputado Xenofonte Villanueva.

O SR. XENOFONTE VILLANUEVA — Sr. Presidente, srs. Deputados. O Estado do Paraná tem uma extraordinária destinação de progresso, não só pelo valor e esforço de seus filhos, de todos que aqui habitam, mas, especialmente, pela privilegiada situação geográfica que possui.

Somos um Estado que tem fronteiras internacionais com dois países, fronteiras que hoje apresentam fácil condição de acesso, pela estrada que demanda a Paranaguá e a Foz do Iguaçu.

As condições de nosso Estado, de centro produtor agrícola, de centro de industrialização dos produtos primários oriundos da agricultura antecipam esta destinação de progresso, que eu dizia.

Por outro lado, temos a considerar que o nosso Estado, aquele potencial extraordinário, potencial único em nossa Pátria, que tem em nosso Estado todas as condições de desenvolvimento, que é o potencial turístico.

Sr. Presidente, srs. Deputados, visando uma melhoria das condições de acesso turístico para nosso Estado, visando a implantação de condições de infra-estrutura que irão, no futuro, repercutir para a implantação do livre comércio em nosso hemisfério, trago a consideração desta Casa um requerimento vasado nos seguintes termos:

(Lendo):

“Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer, ouvida à Casa, seja formulado um apêlo ao excelentíssimo senhor Ministro dos Transportes, no sentido de ser estabelecida a ligação entre o Brasil e a Argentina, através de ponte sobre o Rio Iguaçu, no município de Foz do Iguaçu, com vistas à efetiva implantação dos postulados da ALALC — Associação Latino-Americana de Livre Comércio — visto que tal medida virá facilitar, sobremodo, aquela ligação de toda a região Norte e Centro da Argentina com o mercado produtor e consumidor brasileiro, representado pela sua região Centro-Sul, o que, em última análise, estabelecerá a infra-estrutura do comércio entre os dois países.

Além do mais, por outro lado, a implantação de tal medida viria reforçar o turismo de nosso País, especialmente o de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1971”.

Sr. Presidente, srs. Deputados, com referência ainda a este problema de ligação do Estado do Paraná com o vizinho país, a Argentina, eu recebi do Presidente da Associação Comercial de Foz do Iguaçu referente às mas condições de trânsito naquela curta estrada que demanda de Foz do Iguaçu a Porto Mendes, estrada que há muitos anos não tem tido os reparos adequados. E constituindo aquela estrada uma porta de entrada em nosso País, não pode representar aquilo que surge com grande esforço de que todos os brasileiros estão construindo uma grande Nação.

Por este motivo, sr. Presidente, srs. Deputados, estamos dirigindo requerimento nos seguintes termos: (Lendo):

“Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, ouvido o Plenário, requer seja encaminhado ao excelentíssimo

mo senhor Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, um apêlo no sentido de ser dada uma melhor condição de tráfego à estrada que liga Foz do Iguaçu a Pôrto Meira, para poder atender o intenso movimento verificado, de vez que é ligação entre o Brasil e a Argentina.

Por outro lado, necessário se faz dizer, que as atuais condições daquela estrada são precaríssimas, ficando, mesmo, paralisada quando do regime das chuvas, tendo, durante o corrente ano sofrido várias paralisações.

Tal medida se impõe, tendo em vista que dará, por outra parte, uma melhor visão aos turistas provenientes daquele País irmão, até que se efetive a implantação dos serviços de pavimentação asfáltica.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1971".

Sr. Presidente, srs. Deputados, são êstes os requerimentos que vou encaminhar à Mesa. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sexto orador inscrito para o Pequeno Expediente, sr. deputado Nivaldo Kruger.

O SR. NIVALDO KRUGER — Sr. Presidente, srs. Deputados.

O que me traz a esta tribuna, hoje, é um assunto da mais alta gravidade para a economia paranaense. Está em perigo uma das principais fontes de riqueza de nosso Estado. Para que amanhã não aleguem omissão aqueles que têm o dever de representar as áreas de produção e todos os setores da economia de nosso Estado, que são os Deputados, nós queremos fazer desta tribuna um alertamento às autoridades ligadas àquela área de produção.

Está ameaçada a safra do cereal básico ao desenvolvimento de nosso Estado. Está ameaçada pelo fungo importado com as sementes que trouxeram há pouco tempo dos Estados Unidos para o Brasil. Está ameaçada a safra de milho. Núcleos de infestação no Sudoeste, núcleos de infestação no Oeste, núcleos de infestação no Norte do Paraná, pois o milho é um produto que dá em tôdas as latitudes, em todos os climas; tem uma função social extraordinária e nós sabemos, nós, que vivemos no interior, que lavrador sem milho, é lavrador sem leite, é lavrador sem carne, é lavrador sem nada, é lavrador sem dinheiro, é lavrador endividado. Nós sabemos que o milho é hoje o produto de maior volume na exportação do Estado do Paraná. 900 ou quase 1 milhão de toneladas, é o montante de exportação do milho.

O Pôrto de Paranaguá se aparelha especialmente para exportar milho, e o Pôrto de Paranaguá tem no milho, principalmente no milho, por incrível que pareça nese humilde cereal, tem nêle a maioria de seu movimento de tonelagem.

Se nós não alertarmos as autoridades se não houver uma medida urgentíssima, mas não dessas medidas burocráticas a que estamos acostumados a assistir, feitas nos gabinetes, medidas inócuas de homens que se deslocam para ganhar dinheiro somente, de técnicos e agentes do Ministério que vão e nada fazem de concreto, no sentido de debelar o mal, mas precisamos de medidas concretas, senão, dentro em poucos teremos agravada a crise no interior de nosso Estado.

E se isso não ocorrer, se não houver uma medida de alertamento imediato, uma medida de isolamento do foco de produção, nós corremos o risco, conforme previne "O Estado de São Paulo". É preciso que um jornal de fora venha nos dizer que isso está ocorrendo no Paraná.

Essa omissão é gravíssima, omissão dos órgãos que coordenam a produção no Estado. Aqui está um órgão da imprensa de São Paulo, alertando que a maioria dos focos de infestação estão no Paraná. E onde estão as autoridades responsáveis por isso? Estarão fazendo o que? Estarão cuidando das nomeações de seus companheiros? Estarão cuidando de seus interesses pessoais, ou estarão tranquilos em seus gabinetes??

É necessário que venha "O Estado de São Paulo" alertar isso aqui, a um Estado que tem quase que a base de sua economia rural, principalmente da zona sul, no milho.

Por isso, sr. Presidente, nós queremos encaminhar requerimento a V. Exa., para que dirija às autoridades ligadas a esse campo, um alertamento no sentido de que imediatamente se desloquem os técnicos, não só do Paraná, mas que seja alertado também o Ministério da Agricultura, para que ele também envie recursos e também o Ministério do Planejamento, para que não se importe mais semente infestada, quem sabe até esse fungo não foi trazido para o Paraná e Brasil, no momento em que a economia de nosso país se debate nesse campo com a economia de países altamente desenvolvidos, que também têm esse mesmo produto para exportar. Quem sabe lá, não posso afirmar, mas quem sabe lá, quantas vezes tem acontecido isso em outros países, em que foram introduzidas pragas para que determinados ramos de atividade agrícola sofressem infestação e, então, a produção não se desenvolvesse.

É um plano para tolher, e tenho consciência disso, para tolher a atividade agrícola do país que está se debatendo, em posição de competição, e o Brasil está em condições de competir.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa lembra que falta 1 minuto para concluir o seu discurso.

O SR. NIVALDO KRUGER — Concluindo, ainda quero dizer, srs. Deputados, que não é só neste campo de atividade que precisamos alertar as autoridades mas também no que diz respeito à política tritícola, que vai dar agora o preço mínimo com o acréscimo de 6%, quando o custo da produção, o custo que compõem toda a ordem de matéria, mão de obra equipamento e implementos teve uma elevação da ordem de mais de 25%.

Este o alertamento que fazemos à Casa, para que ela seja uma defensora viril da economia tritícola e da economia do milho, porque estas duas economias são de grande importância para a vida de nosso país.

Era o que tinha a dizer neste exíguo tempo que nos é concedido no Pequeno Expediente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Tenho a satisfação de anunciar a presença neste Plenário dos Prefeitos de Formosa do Oeste, Ubiratã e São Pedro do Ivaí.

Está encerrado o Pequeno Expediente.

Concedo a palavra para o Grande Expediente ao sr. deputado Armando Queiroz.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Minha passagem por esta tribuna, nesta tarde, não pretende ser longepediente que será encaminhado à Mesa e que traz, no seu conteúdo, um ga. Tem ela o objetivo principal de dar conhecimento a esta Casa de expedido de informação.

Antes que faça a leitura deste documento, quero tecer algumas considerações, que se relacionam evidentemente, com esse pedido de informação, mas que também dizem respeito a esse momentoso problema que estamos debatendo nesta Casa, relacionado com o comportamento da imprensa.

Todos nós assistimos e ouvimos pronunciamentos de toda a ordem e de toda a sorte nesta tribuna. Cada um falou o que bem quis e o que bem pensou. De tudo quanto aqui foi dito tirei as minhas conclusões.

Por outro lado, tenho estado atento na leitura dos jornais desta Capital e nos programas de televisão, em especial aquilo que em matéria de política, se publica no "O Estado do Paraná" e o que vai ao ar através do Canal 4. Dessas audiências tirei evidentemente outras conclusões.

Quero abordar o problema nos seus detalhes, de uma outra faceta.

Não é segredo, para ninguém, que esta cadeia de propaganda, promoção e publicidade tem se voltado contra a figura do sr. Governador, mas tem usado de uma técnica que tem sido constante, tudo na base da ironia, na base da mordacidade; ao se atacar a figura do Governador, torna-se evidente que se atinge também a figura do Governo.

O sr. deputado Xenofonte Villanueva esteve nesta tribuna, manifestou a sua opinião e, em especial, o Canal 4, ao analisar o seu comportamento levou o problema também para o lado do deboche, da brincadeira, da esculhambação. Nós deparamos, ontem com uma nota no "O Estado do Paraná" que, no meu entendimento, também está carregada de veneno e de maldade. Refere-se ela à visita que S. Exa. o sr. Bento Munhoz da Rocha Neto fez ao Governador, dizendo que ali fôra esta figura, a que o Paraná tanto deve, êsse esteio moral que todos nós respeitamos, para agradecer a nomeação de um seu irmão. Maldade e veneno.

Ontem o canal 4 foi pródigo em notícias da mesma maneira, trazendo sempre a mesma tônica, a mesma constante mordacidade, o mesmo sarcasmo, a mesma galhofa, o mesmo achincalhe e, ontem, tudo se voltou contra êste Poder, inclusive, quero afirmar, distorcendo notícias e vou dar dois exemplos: ontem aqui foi dito num aparte que os Deputados teriam cometido uma burrice, porque os Deputados assinaram êste documento teriam cometido uma burrice, generalizando um aparte não generalizado, e foi mais além, para dizer que aqui se pedia uma Comissão Parlamentar de Inquérito para analisar o problema relacionado com o tráfego na esfera municipal, omitindo a parte final do pedido que se referia à parte que diz respeito a nós, que é o transporte inter-municipal. Pois bem, srs. Deputados, quando se ataca desta maneira, quando se investe desta forma, utilizando em tudo êste sarcasmo, esta ironia, esta mordacidade, êste achincalhe, esta galhofa, procura-se levar o Poder Constituído à desmoralização e ao ridículo, fazendo com que o povo do Paraná perca o respeito por êstes Poderes, mas nisto tudo é preciso que se ressalte aqui que quem perde mais é o próprio regime democrático, porque êle vive e tem seu sustentáculo exatamente no respeito que deve merecer os seus Poderes Constituídos.

Dito isto, srs. Deputados, passarei a ler o meu pedido de informações.

O sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Quando V. Exa. falou em distorção de notícia, gostaria que fôsse lembrado também que hoje, procurado por funcionários do Estado, que me perguntaram com referência ao aumento de 20%, se a Assembléia não iria votar aqui o aumento de 20%. Informei a êstes funcionários que se nós não votamos ainda o aumento de 20% era porque êle viria a se transformar em lei, e nós propuséramos que fôsse devolvido ao Governo para estudo. Seria uma forma de melhor beneficiar o funcionalismo, que poderia obter um aumento superior a 20% porque, como estava, nenhum benefício traria ao funcionalismo público, era preciso que fôsse prorrogado para que o funcionalismo também tomasse conhecimento que não há qualquer oposição desta Casa.

O sr. ARMANDO QUEIROZ — É preciso que se diga, srs. Deputados, que esta tática que está sendo posta em execução, que esta norma de conduta que vem sendo adotada aqui, é a mesma aplicada em Apucarana, e isso jamais trará qualquer benefício ao nosso País. Porque esta tática, esta maneira de agir, leva o poder ao ridículo, ou pretende levar, leva as instituições à desmoralização, pretende levar. Prática muito conhecida, adotada por um regime que não apreciamos.

O sr. Xenofonte Villanueva — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Estou ouvindo com muita atenção as palavras de V. Exa. e gostaria de repetir um fato que, se esta tática está sendo usada pela imprensa, a meu ver, há interesses feridos.

Dizia o jornal do dia 14 de abril, o seguinte:

"O Diretor do DER resolveu comprar, pessoalmente, todo alho consumido pela administração pública". prosseguindo, é lógico, com outras considerações. Porém, eu gostaria de esclarecer que tenho em mãos as fotocópias de dois documentos que mostram como está sendo conduzida a administração do Estado, pois observamos que, num simples espaço de 20 dias, o alho que era comprado a 10 cruzeiros o quilo, baixou para 1 cruzeiro e 80 centavos. A interpretação eu deixo à consideração dos Senhores.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Agradeço o parte de V. Exa. Sr. Presidente, passarei a leitura do meu pedido de informações vasado nos seguintes termos:

(Lendo): "Exmo. sr. Presidente da Assembléia Legislativa. Sempre entendi que a Revolução de março de 64, pretendeu, através da prática da decência, honorabilidade e compostura, oferecer, a todos os brasileiros, normas de conduta e ação que fossem compatíveis com as suas tradições, com seus feitos e com a sua própria dignidade. E foi com este propósito certo e deliberado que S. Exa., o sr. Presidente da República, gal. Emílio Garrastazú Médici, selecionou e indicou para representá-lo neste Estado, o sr. Haroldo Leon Peres. Aprovado pela ARENA e, posteriormente, eleito pela Assembléia Legislativa, é o Governador do Estado.

Com a posse de S. Exa. na Revolução, tomou assento no Palácio Iguaçu para a satisfação de muitos e contrariedade de alguns. E os seus primeiros atos, que refletem tão somente a verdade e que se alicerçaram na idéia revolucionária, passaram a sofrer contestação e crítica de áreas inconformadas e insatisfeitas. Frustração, talvez, pelo Poder que se findou...

Resta-lhes, todavia, e não há por que negar, um grande império de promoção, propaganda e divulgação, que outra coisa não tem feito nestes últimos dias, senão agredir e ferir.

Da informação, passou à ironia, do comentário à jocosidade, da crítica ao deboche. E hoje esse império tem como tônica o achincalhe, o escárnio, a zombaria, o menosprezo a galhofa. Tudo voltado contra o homem que, afinal, nos foi recomendado pelo máximo condutor revolucionário no País.

Na contundência do ataque que se faz àquele que foi o escolhido, está implícita com clareza crítica maior, mais séria e mais profunda, ao ato daquele que o escolheu, no caso o senhor Presidente da República.

E o propósito não é outro, senão desmoralizar, poluir e corromper a pureza e o espírito e o alto sentido da política renovadora, que ora reina em toda a Nação.

Causa-me espanto e perplexidade, que toda essa potência publicitária, até há bem pouco tempo defensora e a serviço da causa renovadora, pudesse, de repente, mudar de rumo, orientação e rota, tudo como se a Revolução estivesse morta e seus princípios sepultados.

O que teria havido, afinal, na intimidade de tão rica organização, que pudesse explicar tão radical mudança?

Ao que me consta, e se não estou enganado, o general Garrastazú Médici é ainda o Presidente, a Revolução é a mesma e os seus objetivos não se alteraram.

Algo por aí deve estar oculto e escondido. Talvez, um pedido de informações pudesse esclarecer alguma coisa. E é o que pretende fazer neste instante, como realmente o faço, valendo-me para isso das disposições regimentais.

Pretendo, com a previa aprovação do Plenário, que se solicite de Sua Excelência, o senhor Governador do Estado, dados e elementos que esclareçam:

I — Que importância dispendeu o Governador do Estado do Paraná — Poder Executivo — com propaganda, promoção e divulgação, no ano de 1.970, através de órgãos de sua administração direta e indireta?

II — Com o mesmo propósito e pelo mesmo Poder, quanto se gastou nos meses de janeiro, fevereiro e até 15 de março de 1.971?

III — No ano de 1.970 e nos meses citados de 1.971, quanto se pagou à

Empresa Jornalística "O Estado do Paraná", "Tribuna do Paraná", Canais Televisão 4 e 11, e "Rádio Guairacá"?

IV — Há alguma importância ainda a ser paga pelo Tesouro do Estado, a essas empresas, ou quaisquer outras?

V — As Empresas nominalmente citadas devem alguma importância ao Banco do Estado? No caso positivo, estariam elas vencidas? (Dispensa-se essa informação, caso ocorra óbice de ordem legal).

VI — As importâncias pagas e por pagar (se houver), estariam ao abrigo de consignações orçamentárias?

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1.971.

(a) Armando Queiroz de Moraes"

O sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Sr. Deputado, confesso que não estou entendendo o requerimento que V. Exa. está encaminhando à Mesa, porque o mesmo é dirigido unicamente a determinados jornais que, como é sabido de todos, são de propriedade do sr. Paulo Pimentel.

Gostaríamos de apelar a V. Exa. que completasse o seu pedido de informações tornando-o extensivo a todos os órgãos de divulgação, porque assim teríamos um relatório mais amplo e ficaríamos sabendo quanto foi gasto em rádios, jornais e canais de televisão.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Sr. Deputado, está feito o meu pedido de informações e desta forma será encaminhado à Mesa. Se V. Exa. desejar outros detalhes poderá solicitar à Presidência e submetê-los a apreciação da Casa como eu estou fazendo.

O sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado gostaria que V. Exa. me respondesse uma pergunta e se V. Exa. me honra com sua resposta, ficarei muito satisfeito. Estou ingressando na vida parlamentar e fiquei curioso em saber — se V. Exa. estiver em condições de me responder porque, no passado, há dois, três anos atrás, quando nosso partido dirigia, através de seus representantes nesta Casa, pedidos de informação, requerimentos, proposições, — não sei se por parte de V. Exa. — mas a maioria da Casa obstruía, ou negava os nossos pedidos de informação, os nossos pedidos de constituição de Comissão de Inquérito.

Gostaria que V. Exa. me informasse porque vários pedidos de informação acusando irregularidades em vários órgãos do Estado, apresentados recentemente, foram negados pela maioria desta Casa, pelo partido de V. Exa..

O SR. ARMANDO QUEIROZ — A resposta não cabe a mim dar. Mas há de convir V. Exa. que, nesta legislatura, está havendo uma mudança radical na apreciação de pedidos similares, parecidos. Algumas Comissões de Inquérito foram solicitadas, foram aprovadas; inclusive o próprio Deputado já solicitou a constituição de uma Comissão e não foi negada, porque eu sempre entendi que tudo aquilo que diz respeito a pedidos de informações, deve ser analisado. Portanto, tenho a impressão, sr. Deputado Líder do MDB, e admito, que isso não mais ocorra no futuro, e tudo aqui possa passar sem maiores problemas, porque afinal o Governo não é das coisas públicas, não é nosso, o Governo é do povo.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. ANTONIO BELINATI — (Pela ordem). Sr. Presidente, solicitei a palavra pela ordem para informar a V. Exa. que estamos preparando um pedido de informações, quanto ao que foi gasto com os órgãos de divulgação no Paraná e Brasil.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o deputado Sebastião Rodrigues, segundo orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES — Sr. Presidente, srs. Deputados. Como se vê, os desertismos entre o atual Governador do Estado e seu antecessor continuam na ordem do dia.

Antes de entrar no assunto que me traz à tribuna, gostaria de me si-

tuar ante o problema levantado pelo deputado Armando Queiroz, que julgo mais elevado significado. Diz S. Exa. que ataques dirigidos ao sr. Governador do Estado, são em última análise, ataques dirigidos ao atual Presidente da República, porque o sr. Haroldo Leon Peres foi escolhido pelo exmo sr. Presidente da República para governar o Estado do Paraná. Aceita essa tese — eu não a aceito, — estaríamos numa situação difícil de responsabilizar outras pessoas pelos erros de terceiros. Teríamos também que responsabilizar o deputado Armando Queiroz, teríamos que responsabilizar o sr. Haroldo Leon Peres, pelos mesmos erros que atribuem ao sr. Paulo Pimentel porque, o sr. Haroldo Leon Peres, como o deputado Armando Queiroz, escolheram o sr. Paulo Pimentel para governar o Estado do Paraná.

Mas, srs. Deputados, conforme dizia no início, encontra-se na ordem do dia o desentendimento entre os srs. Haroldo Leon Peres e Paulo Pimentel, que resultaram de uma análise divergente da situação econômica e financeira do Estado. Ora, assunto de tão significativa importância para a vida econômica do Paraná, teria forçosamente de refletir-se, como refletida está nesta Casa, casa política, casa de políticos, e como integrante dela eu me sinto na obrigação de também me pronunciar sobre essa matéria.

O sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Apenas para informar a V. Exa. que V. Exa. cometeu, não intencionalmente, um equívoco, nas afirmações que acaba de fazer, quando disse que o Governador atual do Estado, quando Deputado nesta Casa, havia apoiado o sr. Governador Paulo Pimentel. Apenas para esclarecer, não vai nisso vontade nenhuma de discordar de V. Exa., apenas para esclarecer, queria informar a V. Exa. que o então deputado Haroldo Leon Peres, pertencia à mesma bancada que nós outros, e o Deputado que o aparteia, que acompanhou a votação do sr. Paulo Pimentel, foi o elemento que serviu de articulação para uma aproximação entre o meu ex-colega Haroldo Leon Peres, para apoiar a candidatura de Paulo Pimentel.

Entretanto, não conseguimos; S. Exa. tomou uma atitude aqui, de independência, contra a candidatura Paulo Pimentel naquela ocasião..

Isto é apenas para informar, não para contraditar V. Exa..

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — O esclarecimento de V. Exa. deu a esta Casa é de que o sr. Haroldo Leon Peres não participou da campanha política do sr. Paulo Pimentel.

O Sr. Paulo Poli — Exatamente.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — Agradeço o esclarecimento de V. Exa.. Devo informá-lo que, antes de vir para esta tribuna, conversei com vários Deputados da bancada de V. Exa., e deles recebi a informação de que o sr. Haroldo Leon Peres foi verdadeiramente um lutador pela candidatura do sr. Paulo Pimentel. Darei os nomes a V. Exa. dos Deputados de sua bancada, para que V. Exa. confirme a veracidade de minhas palavras. Deixo de fazê-lo neste momento por motivos óbvios.

Estou convencido, pelas informações que tenho, e acho que o deputado Paulo Poli se equivocou quando afirmou que o deputado Haroldo Leon Peres não fez a campanha do sr. Paulo Pimentel.

Assim sendo pela tese do deputado Armando Queiroz, tem ele responsabilidade também pelos erros do ex-Governador.

O sr. Xenofonte Villanueva — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Estou ouvindo, com bastante atenção, seu pronunciamento neste momento, dessa tribuna. Gostaria de esclarecer que, se estou hoje presente a esta Casa é porque fui despertado para a vida política através de uma campanha insultuosa que se fazia na época da candidatura do sr. Paulo Pimentel, à sua pessoa, diminuindo, ferindo a dignidade humana. Naquela época, revoltei-me como hoje me revolta a campanha que está sendo feita ao atual Governador.

Revoltado que estava naquela ocasião participei da campanha do então

candidato ao Governo do Estado, Paulo Pimentel. Não o conhecia, não estabelecia com ele laços de amizade, somente admirava-o porque sintetizava minhas esperanças, naquela oportunidade; esperanças que tenho hoje a sinceridade de dizer, foram frustradas.

Por isso não estranho que possam existir Deputados que militavam nesta Casa, que tenham feito a candidatura do sr. Paulo Pimentel. Este é um direito do homem, ter esperanças, compartilhar de uma idéia, e verificar futuramente que aquela idéia não era tão sadia quanto imaginava. Naquela época, naquela ocasião, recriminava a técnica que se utilizava contra a pessoa do sr. Paulo Pimentel, contra quem não tenho absolutamente nada, a quem jamais pedi o menor favor. Naquela época recriminava essa campanha, porque feria os princípios de dignidade humana; com a mesma razão, nesta oportunidade, quando se vê o achincalhe, o deboche ser utilizado única e exclusivamente para ferir a dignidade humana de nosso Governador, não posso concordar e tenho a mesma revolta.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — Nobre Deputado, concordo plenamente com V. Exa. Retrocedendo no tempo localizo alguns fatos, pelo menos aqueles em que se exteriorizam as divergências que culminaram na C.P.I., que dias atrás solicitou a esta Casa o sr. Paulo Pimentel, através do nobre deputado Erondy Silvério. O primeiro lance, creio que todos os srs. estão lembrados, foi a publicidade dada por jornais de repercussão nacional, as declarações atribuídas ao sr. Haroldo Leon Peres, que responsabilizavam o sr. Paulo Pimentel por um procedimento incorreto nas eleições de 15 de novembro último. Posteriormente, o sr. Haroldo Leon Peres negou autenticidade às declarações publicadas. Disse que não havia dito. O sr. Paulo Pimentel, reagiu, contestou as declarações e não desdisse nada. Estava instalada a crise. Exteriorizada, porque acredito que em estado de latência já vinha há muito tempo. Posteriormente, o sr. Governador compareceu, cumprindo preceito constitucional, a Casa, e aqui fez, com tintas e números negros, um relatório da situação econômica e financeira do Estado. Relatório parcial, quero dizer parcial na acepção própria do termo e não no sentido moral, porque S. Exa. aqui descreveu apenas parte dos órgãos que compõem a administração do Estado, justificando naquela oportunidade que deixava de fazê-lo com referência a uma série de Secretarias e Autarquias, porque dados referentes a elas não haviam sido ultimados. Ora, do relato do sr. Governador resultaram severas críticas e acusações ao sr. Paulo Pimentel e ao seu período governamental, embora S. Exa., o sr. Governador do Estado tenha deixado claro, sobretudo através das palavras abalisadas de sua liderança nesta Casa, de que não havia pretendido denegrir ninguém. Mas o sr. Paulo Pimentel assim não entendeu e requereu, através do sr. deputado Erondy Silvério, no terceiro lance da polêmica, a Comissão Parlamentar de Inquérito, com poderes amplos para vasculhar todo o seu período administrativo. E neste ponto nós nos encontramos e, como membro desta Casa, eu me sinto na obrigação de definir-me ante tão momentoso assunto, pois eu entendo que os Anais desta Casa são elementos que o futuro terá para julgar os homens que hoje a compõem, da mesma forma que o seu registro do passado nos permite hoje julgar aqueles que aqui atuaram, dentre os quais muitos aqui ainda se encontram. Acredito, srs. Deputados que, no bojo de toda esta discordância, encontra-se a disputa da liderança política do Estado.

Vejo nela o propósito do atual Governador do Estado de arrebatrar das mãos do sr. Paulo Pimentel a liderança de uma parcela ponderável do Estado. É indiscutível que o prestígio popular do ex-Governador tem bases muito mais sólidas do que a do atual, e não poderia ser de outra forma. O sr. Paulo Pimentel chegou ao poder pelos caminhos clássicos e antológicos, enquanto o atual Governador deitou Deputado Federal e acordou Governador. Se sonho ou pesadelo, o futuro dirá. Mas, srs. Deputados, pode pare-

cer que o assunto é uma querela doméstica, que devesse ser resolvida dentro do âmbito do partidário. Entretanto, pelos rumos que as coisas tomaram, o assunto saiu da esfera do partidário para transformar-se em matéria de interesse público, pois o relatório do sr. Governador nesta Assembléia saiu para conhecimento do povo, com acusações que implicam até mesmo em ilícitos penais. Ora, eu não critico o sr. Haroldo Leon Peres pelo fato de ter denunciado tudo aquilo que achava que devia fazer, mas também não posso negar ao sr. Paulo Pimentel, o direito de defender a sua honra, ou defender o seu Governo, sobretudo quando ele o faz da forma mais honesta possível, pedindo a constituição de uma CPI para, com amplos poderes, investigar toda a sua obra administrativa. Esta Comissão foi criada, e a verdade será apurada. Esta Casa recebeu a responsabilidade de fazê-lo, e sei que ela terá condições para sair-se bem daquilo de que está incumbida.

Ora, sr. Presidente e srs. Deputados, não vejo porque negar ao sr. Paulo Pimentel, o direito que tem de defender a sua honra, de defender o seu Governo. Repito que é uma responsabilidade lançada sobre esta Casa, e que esta Casa tem condições de assumi-la. Quero, quando se vai instalar esta CPI, manifestar a minha discordância, parcial, é verdade, sobre algumas considerações trazidas, quando da tribuna, dias atrás, o nobre deputado Armando Queiroz disse que não bastaria um exame de números para justificar a instalação de uma CPI. Quer dizer, S. Exa. não se satisfaria com um exame de números.

Entende o nobre Deputado que, com sua inteligência, vem abrilhantando esta Casa durante tantos anos, que a Comissão deveria aprofundar as suas investigações, chegar ao âmago dos fatos, para tirar as suas conclusões. Concordo com S. Exa.; a Comissão deve apurar o máximo possível. Mas discordo de S. Exa. no caso dos números, que para mim é de uma grande importância. Porque se a apuração dos números contidos no relatório do sr. Haroldo Leon Peres, não fôr suficiente para isentar de culpa o sr. Paulo Pimentel, para mim é suficiente, para fixar a responsabilidade de quem as publicou.

A verdade é que esta Comissão não julgará apenas o Governo, ela julgará, na verdade, dois governos. Ela vai julgar os cinco anos de um Governo que passou e os trinta dias de um Governo que chegou. Ai então é que poderemos avaliar o que o futuro trará ao nosso Estado. Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao nobre deputado Maurício Fruet, terceiro orador inscrito.

O SR. MAURICIO FRUET — Gostaria sr. Presidente, que V. Exa. me informasse quantos minutos faltam para o término do Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE — 20 minutos.

A Mesa anuncia com satisfação a presença no Plenário do sr. Joaquim Vieira Pereira Filho, Prefeito Municipal de Engenheiro Beltrão. Tem a palavra o nobre deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURICIO FRUET — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Ouvimos ontem atentamente o pronunciamento cívico transmitido desta tribuna pelo eminente deputado Antônio Lopes Júnior, oportunidade em que S. Exa. destacou com tanta clareza a necessidade de todos os integrantes desta Casa se aliarem, independentemente de coloração partidária, visando apenas o bem comum, buscando apenas o desenvolvimento do Estado do Paraná. Na ocasião dizíamos em aparte que o povo paranaense, que nos trouxe a esta Casa o fez com a certeza de que estaríamos aqui defendendo os seus mais legítimos interesses.

A ausência total de interesses políticos ou de parentesco na indicação dos cargos, deve ser uma das metas principais pelas quais deveremos lutar deste Plenário. Não se pode admitir que muitos funcionários que se dedicam durante toda a sua existência em favor do desenvolvimento do Estado do Paraná, nas mais diferentes atividades, sejam postergados na indicação dos cargos-

chaves, que são responsáveis pela orientação do Governo do Estado. Isto se constitui num desprestígio, porquanto estas indicações vêm, acima de tudo, provocar um desestímulo àqueles que, com honestidade, trabalho e sacrifício, se dedicam à coisa pública. É justamente este espírito que desejamos venha a imperar nesta Assembléia Legislativa. É justamente este espírito de conduta que esperamos venha a ser adotado pelo exmo. sr. governador Hâroldo Leon Peres.

Mas, feito este preâmbulo, o que nos trouxe hoje a esta tribuna foi um assunto já abordado por ocasião do Pequeno Expediente pelo deputado Xenofonte Villanueva, e diz respeito ao turismo.

Sabem perfeitamente V. Exas. que no mundo atual a indústria que mais contribui para os cofres das Nações, a indústria cujo faturamento é superior ao da indústria pesada e da indústria automobilística somadas; é a indústria do turismo. E o Paraná, por suas condições geográficas, por sua natureza, reúne condições para incentivar, estimular o desenvolvimento da indústria do turismo. Observamos que, ao lado dos conhecidos pontos de atração — Foz do Iguaçu, Guaíra, Grutas de Bocaiúva, Bacaetava em Colombo, Vila Velha, Fontes de águas minerais como Ouro Fino, Santa Clara, Dorian, as belezas da Serra do Mar — existem praticamente em todos os outros municípios do Paraná pontos e polos de atração turística que são desconhecidos pela grande maioria do povo paranaense. Queremos nos referir ao espetáculo deslumbrante do rio subterrâneo em Sengés; às nascentes do rio da Várzea, no Município de Agudos do Sul, um lugar de deslumbrante beleza, bem como as fulgurantes paisagens proporcionadas pelos rios Iguaçu, Tibagi, Ivaí e tantos outros.

Todavia, ocorre um desentrosamento total entre aqueles que são encarregados de dirigir a política do turismo no Paraná.

Por essa razão, solicitamos seja enviado ao exmo. sr. Governador do Estado do Paraná e ao atual Presidente da PARANATUR, sugestões no sentido de que fôsse criado um grupo de trabalho a fim de orientar a organização do 1.º Simpósio de Turismo Paranaense. Mas, que esse grupo de trabalho reunisse pessoal que entenda realmente de turismo e não pessoas que não entendem de turismo. Que esse Simpósio sirva para incrementar o turismo no Paraná.

O turismo, sr. Presidente, srs. Deputados, exige muitos técnicos, pessoas habilitadas e realmente classificadas.

O SR. MUGIATTI FILHO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Preliminarmente, nobre Deputado, gostaria que V. Exa. informasse se está justificando algum Projeto de Lei apresentado por V. Exa.?

O SR. MAURICIO FRUET — Nobre Deputado, hoje apenas estou indicando e solicitando ao sr. Governador do Estado e ao Presidente da PARANATUR, a criação de um grupo de trabalho para organizar o 1.º Simpósio de Turismo do Paraná.

O SR. MUGGIATI FILHO — Porque, nobre Deputado, gostaria de dizer a V. Exa. que, por uma coincidência, encontra-se em nossas mãos, para ser relatado, um Projeto de Lei de autoria do ex-deputado estadual, hoje deputado federal, Túlio Vargas, e que diz o seguinte:

“Art. 1.º — Ficam criados, nos Municípios dotados de expressivos objetivos turísticos, os Conselhos Municipais de Turismo, cujas atribuições e competências se regerão pelos dispositivos especiais do Regulamento do Conselho Estadual de Turismo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação”.

E diz ainda o autor da proposição, em sua justificativa: “A medida ora proposta se impõe pela simples realidade dos fatos quotidianos. Ao ser criada a PARANATUR, órgão esse que reputamos de grande importância para a vida administrativa do nosso Estado, foram-lhe conferidas grandes atribuições e não menores responsabilidades a se desenvolverem em um vasto

território, sede das mais altas expressões, dos mais vigorosos objetivos turísticos do nosso país, mas onde tudo ainda está em fase incipiente.

Na verdade, tal situação não pode e não deve perdurar, pois sua vigência interfere de maneira corrosiva nas reais e indiscutíveis possibilidades sociais, culturais e econômicas do turismo paranaense”.

De modo que aproveitei para ressaltar o pedido de V. Exa.

O SR. MAURICIO FRUET — Obrigado, eminente Deputado.

Gostaria também de informar que tivemos oportunidade de apresentar, na Câmara Municipal de Curitiba, no exercício de nosso mandato de vereador, com o apoio do deputado Acyr José, também vereador àquela época, uma proposição criando o Conselho Municipal de Turismo. Projeto esse que já foi sancionado e esperamos, dentro em breve, seja colocado em funcionamento.

Na realidade, o Conselho Municipal de Turismo deve existir, principalmente para aquelas cidades que reúnem maiores condições para desenvolvimento da indústria do turismo.

O SR. ACYR JOSÉ — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Honra-me, inicialmente, a deferência do nobre Colega em conceder-me este aparte e dizer que, no momento em que a Casa ouve o seu pronunciamento, almejo que a iniciativa de V. Exa. seja amanhã uma realidade, eis que antes, na Câmara de Vereadores de Curitiba, V. Exa. fez um trabalho elogiável sobre os planos de turismo e, como lá, os seus colegas vão aplaudi-lo, estou certo, pela iniciativa tão feliz e oportuna.

O SR. MAURICIO FRUET — Obrigado, sr. Deputado. Mas, sr. Presidente, Srs. Deputados, o principal objetivo da realização desse 1.º Simpósio Paranaense de Turismo, seria a participação intensiva dos exmos. srs. Prefeitos dos municípios do Estado do Paraná que teriam, nessa oportunidade, as palavras de representantes altamente capacitados nos mais diferentes setores do turismo, começar pelo representante dos Hotéis e Similares, passando pelos agentes de viagem e, acima de tudo, pelos técnicos, com formação em cursos especializados. E, de posse dos resultados obtidos nesse 1.º Simpósio Estadual de Turismo, poder-se-ia, então, organizar um plano diretor de turismo em nosso Estado.

O deputado Xenofonte Villanueva solicitou neste Plenário, em requerimento enviado, hoje, ao exmo. sr. Secretário de Transportes e Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, as providências para conservação do trecho que liga a cidade de Foz do Iguaçu a Porto Meira. Os turistas brasileiros e de outros países que visitam Foz do Iguaçu, sentem o abandono, o desleixo a que esta estrada está relegada. São fatos como esse, citados pelo deputado Xenofonte Villanueva, fatos lamentáveis como o que proporciona Vila Velha, onde o atendimento é feito através de serviços que não correspondem, o que faz com que o turista leve uma imagem negativa daquela maravilhosa obra que a natureza legou ao povo do Paraná.

O SR. XENOFONTE VILLANUEVA — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Estou ouvindo com muita atenção suas palavras e agradeço as referências feitas à minha pessoa. Gostaria de colaborar com V. Exa., no que se refere a esse turismo, chamando a atenção para um simples fato. A Argentina o país vizinho ao nosso, provavelmente é o país estrangeiro mais visitado pelos brasileiros. O Uruguai também, em épocas passadas, antes de passar por essa fase difícil que atravessa, era muito procurado pelos turistas. Veja V. Exa. que a Argentina, com 1/3 da população brasileira que o Uruguai, o pequeno país, todos eles dão grande importância aos rendimentos auferidos com o turismo, e procuram criar condições e infra-estrutura, não só para incrementar o turismo, mas para fazer com que o turista que acorrea esses países, possa encontrar tudo aquilo que se espera quando se faz turismo.

Gostaria de colaborar com as palavras de V. Exa., e esclarecer que o Paraná, sendo um Estado que tem um turismo em potencial muito grande,

onde a natureza foi tão generosa. Aquêles que vêm para nosso Estado não encontram um simples mapa turístico para orientá-los. Têm que procurar, por esforço próprio, têm que forçar sua imaginação para saber quais nossas belezas naturais.

Não temos nos arredores de nossa cidade um balcão de turismo onde o turista que demanda a Curitiba possa saber o preço dos hotéis, quais os hotéis que estão lotados, quais os que não estão. Acontece, às vezes, que turistas que vêm da Argentina são obrigados a dormir em hotéis que não recomendam e que de hotel têm apenas a placa e nada mais.

São estes aspectos todos que devem ser atendidos e estudados, para que possamos ter a satisfação de dizer que nosso Estado é o Estado que tem maior capacidade de atração turística mas, em contrapartida, é o que oferece melhores condições aos turistas que nos visitam.

Congratulo-me particularmente com as idéias que o nobre Deputado está manifestando nesta tribuna, porque sinto que elas realmente atendem os anseios de desenvolvimento de nosso Estado.

O SR. MAURICIO FRUET — Informo ao nobre Deputado que os rendimentos advindos da indústria do turismo são superiores, no mundo inteiro aos somados da indústria pesada com a indústria automobilística.

Devemos e temos a obrigação de dar uma especial atenção a indústria do turismo porque representará mão de obra para milhares e milhares de paranaenses, melhores condições de vida para nosso povo e progresso para o Estado do Paraná.

Compreendo e agradeço o aparte do deputado Xenofonte Villanueva. Gostaria de dizer que um dos itens deste requerimento cita Curitiba como ponto de passagem para os turistas que demandam do sul para o norte do país e vice-versa, além daqueles que vêm dos países latinos.

O SR. PRESIDENTE — Lembro ao nobre Deputado que falta apenas um minuto para terminar a sua oração.

O SR. MAURICIO FRUET — Obrigado a V. Exa.. Além do requerimento solicitando medidas para dar condições à estrada que liga Foz do Iguaçu a Porto Meira, o deputado Nelson Buffara, na sessão de ontem desta Casa, teceu comentários a respeito da probabilidade da instalação, em Foz do Iguaçu, indiscutivelmente o ponto de turismo do Paraná com maior repercussão e maior conhecimento internacional, de uma zona franca, a exemplo do Porto de Manaus no Estado do Amazonas.

Este simpósio, eminente Deputado, deveria também colocar e incluir como uma das suas metas prioritárias, uma luta integrada por todos os paranaenses em busca deste objetivo, a fim de que os brasileiros que visitam Foz do Iguaçu, aquêles que vêm de outros países, gastam seus cruzeiros e seus dólares em nosso país.

Turismo, srs. Deputados, é assunto da máxima importância, é assunto de grande oportunidade; porém, é preciso que aquêles que estão à frente do turismo no Estado do Paraná entendam de turismo. Não se pode permitir que estas pessoas sejam inexperientes e que tenham como prática apenas algumas viagens.

Por isto é preciso que, todos unidos, tudo façam para que o turismo seja uma realidade em nosso Estado, a fim de que amanhã não se critique que houve omissão por parte de nossas autoridades; porisso é necessário que haja um plano diretor para o desenvolvimento do turismo no Paraná (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Erondy Silvério, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. Deputado Wilson Fortes, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Wilson Fortes, constantes do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

Redação Final — do Projeto de Lei n. 21-70, que transfere ao D.E.R. para conservação e melhoria, a estrada que liga o município de São Mateus do Sul ao Município de Rebouças. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.O.P.T.C. — **Em Regime de Urgência — Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 21-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica transferida para o Departamento de Estradas de Rodagem, da Secretaria dos Transportes, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga o Município de São Mateus do Sul ao Município de Rebouças.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões em 1.º de outubro de 1970

aa) Ivo Tomazoni — Presidente; Olívir Gabardo — Relator; João Mansur

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 41-70, de autoria do dep. Antônio Lopes Júnior, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a "Associação dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos. Sem Pareceres em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 228-70, de autoria do dep. Aguiinaldo Pereira Lima, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Técnica de Comércio no Município de Santa Amélia e dá outras providências — Sem Pareceres em Regime de Urgência. — **Aprovado artigo por artigo.**

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 42-70, de autoria do dep. Antônio Lopes Júnior, que autoriza o Poder Executivo declarar como de Utilidade Pública a "Associação da Imaculada Virgem Maria, com sede no Município de Prudentópolis. — Parecer favorável da C.C.J. com Substitutivo Geral. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 42-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a considerar de Utilidade Pública a Associação da Imaculada Virgem Maria, com sede em Prudentópolis, neste Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 12 de abril de 1970.

a) Antônio Lopes Júnior

JUSTIFICATIVA:

A Associação da Imaculada Virgem Maria, fundada em Prudentópolis,

é uma entidade civil, de caráter filantrópico, educacional, cultural e social, com sede e fôro na referida cidade.

As principais finalidades desta Associação são as seguintes: promover a educação e assistência social; fundar e manter estabelecimentos de ensino primário, secundário e superior, asilos, orfanatos, creches, patronatos, hospitais e dispensários.

Em anexo, juntamos certidão do 1.º Ofício desta Capital, com os Estatutos da citada associação, dedicada a promover o ensino e a educação em nosso Estado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 42-70

Autor: Dep. Antônio Lopes Júnior.

Súmula: "Autoriza o Poder Executivo a declarar de utilidade pública a Associação da Imaculada Virgem Maria, com sede em Prudentópolis".

PARECER

1) Trata-se de projeto meramente autorizatório. Ademais, a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos consignados na legislação própria.

2) Vem dito projeto articulado e devidamente justificado, segundo determinação expressa no Regimento Interno.

3) Por outra parte, não apresenta qualquer óbice, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal. Quanto à sua oportunidade, nada a opor.

4) Assim sendo, somos pela sua aprovação, obedecido, porém, o substitutivo anexo, para melhor atender a boa técnica legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de maio de 1.970

aa) Emílio Carazzai — Presidente; Paulo Poli — Relator; Ivo Tomazoni, Paulo Camargo, Alencar Furtado, Armando Queiroz, Jorge Sato

SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI N. 42-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de Utilidade Pública a Associação da Imaculada Virgem Maria, com sede e fôro na cidade de Prudentópolis.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27 de maio de 1.970.

a) Emílio Carazzai — Presidente; Paulo Poli — Relator; Armando Queiroz, Paulo Camargo, Alencar Furtado, Jorge Sato, Ivo Tomazoni

1.ª Discussão — do Projeto de Lei nr. 138-70, de autoria do dep. Arthur de Souza, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual em Abranches, nesta Capital. — Pareceres favoráveis da C. C. J., C. F e C.I.P.
— Aprovado

PROJETO DE LEI N. 138-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, em Abranches, arrabalde desta Capital, um Ginásio Estadual para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 8 de julho de 1.970.

a) Arthur de Souza

JUSTIFICATIVA:

O vertiginoso crescimento do arrabalde de Abranches, desta Capital, está a exigir dos Poderes Públicos um melhor atendimento no que tange a educação.

Com efeito, os seus moradores estão encontrando inúmeras dificuldades em matricular seus filhos em condições de cursar o ginásio, dada a escassez de vagas que se verifica nesta Capital. Além do mais, a criação de tal ginásio virá, também, desonerar o orçamento doméstico dos habitantes daquele bairro, tendo em vista que a população estudantil ali existente, não terá mais necessidade de se deslocar até o centro urbano.

Em face de tais razões, submetemos o presente plano de lei a consideração de nossos ilustres Pares, esperando-se-lhe dê acatamento.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI N. 133-70

Autor: Dep. Arthur de Souza.

Visa o presente projeto de lei, autorizar o Poder Executivo a criar em Abranches, arrabalde desta Capital, um Ginásio Estadual, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Conforme a justificativa que acompanha o plano de lei, podemos ficar que realmente o bairro de Abranches, necessita com urgência do ginásio pretendido.

Como se trata de uma iniciativa de lei meramente autorizatória, opinamos pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de julho de 1.970.

aa) Roberto Galvani — Relator; Emílio Carazzai — Presidente; Luiz Renano Malucelli, Jorge Sato, Ivo Tomazoni, Paulo Poli

COMISSÃO DE FINANÇAS
PARECER AO PROJETO DE LEI N. 138-70

O presente plano que vem articulado e devidamente justificado, de acordo com o que dispõe o Regimento Interno.

Por outro lado não fere dispositivos de ordem financeira, porquanto trata-se meramente de autorizar o Poder Executivo.

Quanto ao mérito nada há a opôr.

Pela aprovação, pois.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 1.970.

aa) Roberto Galvani — Presidente; Roberto Wypych — Relator; Sílvio Barros, Wilson Fortes, Ivo Tomazoni, Paulo Poli

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA
PARECER AO PROJETO DE LEI N. 133-70

A expansão do ensino é uma das grandes metas do Governo, que visa atingir com a escola todos os cidadãos brasileiros.

Dentro desta opinião, e por se tratar de uma lei autorizatória, opinamos favoravelmente.

S.M.J. — É o Parecer.

Sala das Sessões, em 16-9-1.970.

aa) Presidente —

Relator — Igo Losso e ilegível

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 294-70, oriundo da Mensagem Governamental n. 37-70, que majora as Tabelas de Vencimentos dos servidores Cíveis do Estado e dá outras providências — Parecer da C.C.J. — em Regime de Urgência.

PROJETO DE LEI N. 294-70

1.o — Os vencimentos dos cargos efetivos e em comissão e das funções gratificadas do Serviço Público Civil do Estado, ficam fixados na forma das Tabelas anexas, que fazem parte integrante desta lei.

Art. 2.º — O salário família e esposa fica fixado em Cr\$ 15,00 (quinze cruzeiros) e as pensões especiais pagas pelo Estado, majoradas para Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros).

Art. 3.º — Os vencimentos dos cargos de Advogado Geral do Estado, Sub-Consultor Geral e de Procuradores da Consultoria Geral do Estado, ficam fixados em Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros.)

Art. 4.º — Em obediência ao disposto nos artigos 108, da Carta Magna da Nação, e 80 da Constituição Estadual, as Tabelas que integram a presente lei, são extensivas, como tabelas únicas, aos cargos e funções dos Poderes Legislativos e Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado.

Parágrafo único — Ocorrendo a hipótese de que os vencimentos fixados para determinados níveis sejam inferiores aos atualmente em vigor para os funcionários dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Tribunal de Contas, assegurar-se-á a respectiva diferença, a ser absorvido em futuros aumentos.

Art. 5.º — A Comissão Especial designada pelo decreto nr. 18.305, de 19 de fevereiro de 1.970, do Chefe do Poder Executivo, deverá proceder estudos para, no prazo de 90 (noventa) dias, propor as medidas legais no sentido da integral implantação da paridade de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes, entre os funcionários dos três Poderes.

Art. 6.º — Os proventos dos inativos serão reajustados "ex-officio", integral ou proporcionalmente, obedecido o critério pelo qual o funcionário tenha sido aposentado.

Art. 7.º — As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta das verbas próprias do Orçamento Geral do Estado, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares que se fizerem necessários.

Art. 8.º — A presente lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1.971, revogadas as disposições em contrário

TABELA "A"
VENCIMENTOS DE CARGOS EFETIVOS

NÍVEL	VALOR
1	Cr\$ 174,96
2	Cr\$ 181,44
3	Cr\$ 187,32
4	Cr\$ 194,40
5	Cr\$ 198,00
6	Cr\$ 204,48
7	Cr\$ 211,68
8	Cr\$ 216,00
9	Cr\$ 224,64
10	Cr\$ 233,28
11	Cr\$ 248,40
12	Cr\$ 263,52
13	Cr\$ 291,60
14	Cr\$ 321,84
15	Cr\$ 349,92
16	Cr\$ 380,16
17	Cr\$ 438,48
18	Cr\$ 496,80
19	Cr\$ 554,52
20	Cr\$ 613,44
21	Cr\$ 671,76
22	Cr\$ 730,08
23	Cr\$ 788,40
24	Cr\$ 846,72

25	Cr\$ 904,44
26	Cr\$ 963,36
27	Cr\$ 1.021,68
28	Cr\$ 1.080,24
29	Cr\$ 1.138,32
30	Cr\$ 1.206,00

TABELA "B"

VENCIMENTOS DE CARGOS EM COMISSAO

SIMBOLO	VALOR
1—C	Cr\$ 1.500,00
2—C	Cr\$ 1.380,00
3—C	Cr\$ 1.269,70
4—C	Cr\$ 1.168,10
5—C	Cr\$ 1.074,60
6—C	Cr\$ 988,70
7—C	Cr\$ 909,60
8—C	Cr\$ 836,80
9—C	Cr\$ 769,90
10—C	Cr\$ 708,30
11—C	Cr\$ 651,60
12—C	Cr\$ 599,50
13—C	Cr\$ 551,60
14—C	Cr\$ 507,40
15—C	Cr\$ 466,92

TABELA "C"

REMUNERAÇÃO DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

SIMBOLO	VALOR
F—1	Cr\$ 240,00
F—2	Cr\$ 204,00
F—3	Cr\$ 180,00
F—4	Cr\$ 144,00
F—5	Cr\$ 132,00
F—6	Cr\$ 108,00
F—7	Cr\$ 84,00
F—8	Cr\$ 72,00
F—9	Cr\$ 60,00
F—10	Cr\$ 48,00

COMISSAO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER ao Projeto de Lei n.º 294-70

AUTOR: Poder Executivo — Mensagem n.º 37-70.

SÚMULA: Majora as tabelas de vencimentos dos servidores civis do Estado; e dá outras providências.

Em 06 de outubro de 1970, o Chefe do Poder Executivo enviou a esta Casa a mensagem n.º 37-70, que transformado em Projeto de Lei tomou o n.º 294-70, que objetiva majorar as tabelas de vencimentos dos servidores civis do Poder Executivo, dos cargos em comissão e das funções gratificadas.

Posteriormente, mediante a Lei n.º 6.169 de 10 de novembro de 1970, concedeu o Executivo, um abono provisório geral de 20% (Art. 3.º), incidente sobre os vencimentos básicos de cada funcionário, superando, no principal, a mensagem que já encontrava-se tramitando pela Casa.

Agora, mediante requerimento, aprovado pelo Plenário, a matéria entre para o regime de urgência.

Examinando cuidadosamente a matéria objeto da mensagem 37-70, verificamos quanto ao aspecto legal, que não se contrapõe aos dispositivos que regem a matéria, conforme estatui nossa Constituição Estadual no seu Artigo 34:

“É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos, ou auxílio, ou de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública”.

No entanto, por uma questão de justiça, entendemos que a mensagem deve ser posta em termos de uma realidade atual e objetiva. Assim é, que ao nosso entender ela está superada na sua principal finalidade como mensagem de aumento, pois a sua aprovação nada representará para a laboriosa classe funcional do Estado, senão a incorporação definitiva do abono aos vencimentos, com as consequentes vantagens, além dos reajustes dos cargos em comissão e das funções gratificadas.

Dai, com muita razão, estar a Associação dos Servidores Públicos do Paraná, em manifesto publicado pela imprensa e em expedientes encaminhados ao Excelentíssimo Senhor Governador Haroldo Leon Peres e a Assembléia, pleiteando a substituição da presente mensagem por outra que, somada ao abono, represente, no mínimo 30% de aumento.

Entendemos justa esta reivindicação, razoável e lógica, inclusive diante da perspectiva de um novo salário mínimo a ser decretado pelo Presidente da República no dia 1.º de maio segundo nos informam pela imprensa, fontes do Ministério do Trabalho. Ensejada esta possibilidade, talvez nem mesmo os 30% pleiteados pela classe, venham ser o suficiente. Assim, o Governo do Estado, num estudo metódico, acompanhando percentagem dos cálculos federais, poderá elevar ainda mais aquele índice, em consonância com as disponibilidades dos cofres públicos.

Observamos ainda, que no próprio encaminhamento da mensagem, o Governador de então, isto em outubro de 1970, reconhecia no preâmbulo da mesma que o aumento proposto não poderia oferecer efetivamente uma melhoria capaz de proporcionar ao servidor um padrão de vida tranquilo. Esta declaração se fez há mais de seis meses, e daí para cá o custo de vida elevou-se ainda mais.

Finalmente, considerando, que na verdade, o funcionalismo público estadual precisa ser aumentado razoavelmente, diante do elevado índice de desvalorização da moeda; considerando que a presente mensagem em nada virá acrescentar os vencimentos básicos, tendo assim mais um caráter de incorporação; considerando o pedido do órgão representativo da classe dos servidores que pede a substituição da presente mensagem por outra mais substancial; considerando que estamos em uma nova fase governamental e assim se faz necessário um reexame da matéria pelo atual Governo para uma consequente melhoria no aumento; considerando de que mesmo o adiamento da votação da mensagem, em nada prejudicará o funcionalismo, antes pelo contrário, irá beneficiá-los; considerando que é desejo do Governador Haroldo Leon Peres, dar as melhores condições possíveis ao funcionalismo público estadual, olhando para a meta-homem, como reiteradamente se tem manifestado, sensível a classe, que sempre defendeu com todo o ardor:

Sugiro seja a presente mensagem devolvida ao Executivo, para que, com a maior urgência possível com os necessários reparos, a restitua para a sua devida aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

aa) Wilson Brandão — Presidente

Igo Losso — Relator

Cândido Martins de Oliveira
Armando Queiroz de Moraes
Gilberto Carvalho
Muggiati Filho
Acyr José
Ilegível

O SR. PRESIDENTE — Parecer da Comissão de Constituição e Justiça propondo a devolução ao Poder Executivo, da Mensagem n. 37-70, Projeto de Lei n. 294-70, em discussão

O SR. MAURICIO FRUET — Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Deputado, para discutir.

O SR. MAURICIO FRUET — Sr. Presidente, srs. Deputados.

O Parecer do Projeto de Lei que majora as tabelas de vencimentos dos servidores civis do Estado e dá outras providências e que tivemos a oportunidade, que tem como relator o eminente deputado Igo Losso, após analisar os aspectos legais da Mensagem, cita que por questão de justiça entendemos que a Mensagem deve ser posta em termos de uma realidade atual e objetiva. Assim é que ao nosso ver, realmente, está superada na sua principal finalidade, como Mensagem de aumento. A sua aprovação em nada representará para o funcionalismo, senão a incorporação definitiva do abono, com as consequentes vantagens, além dos reajustes dos cargos em comissão e das funções que esta Mensagem, oriunda do então governador dr. Paulo Cruz Pimentel, deva ser votada por este Plenário em Regime de Urgência. Concordamos, por outro lado, totalmente com o nobre Relator, quando afirma que o aumento proposto está muito aquém das reais necessidades do funcionalismo. Mas, ao nosso ver, caberia Regime de Urgência a esta Mensagem; então, tenho certeza, S. Exa. o atual governador, dr. Haroldo Leon Peres, enviaria em seguida outra mensagem a esta Casa, propondo reajuste de aumento.

Era o que eu tinha a dizer, colaborando com o nobre relator do processo, deputado Igo Losso. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. IGO LOSSO — Peço a palavra, sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o sr. deputado Igo Losso.

O SR. IGO LOSSO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Tive a grata satisfação e o prazer de relatar o projeto ora em discussão, sob o número 294-70, oriundo da Mensagem Governamental, sob o n. 34-74. Não vou proceder à leitura do meu relatório, sr. Presidente, e das conclusões a que cheguei e que foram aprovadas por unanimidade pela CCJ, porque este parecer que é do conhecimento público, é também do conhecimento dos srs. Deputados que ostentam em suas mãos, a Ordem do Dia.

No entanto, quero chamar a atenção dos meus nobres Pares que alguns pontos focalizados aqui, justificam plenamente o meu ponto de vista. Ponto de vista este, que já é do órgão técnico principal da Casa. Em primeiro, esta Mensagem foi enviada à Assembléia Legislativa, no dia 6 de outubro de 70, para vigorar a partir de 10 de janeiro de 71, se devidamente aprovada. Após o dia 6 de outubro, esta Casa aprovou o abono que originou a Lei n. 6169, de 10 de novembro de 70, que está em minhas mãos, onde ficava estabelecido abono provisório ao funcionalismo civil e militar do Estado, Poder Legislativo, Judiciário e aos funcionários do Tribunal de Contas, a partir de 1.º de novembro de 70, no valor de 20% sobre os vencimentos básicos de cada funcionário. Portanto, aqui está o primeiro argumento. Para chamar a devida atenção dos meus nobres Pares, a Mensagem foi enviada em outubro, com um acréscimo de 20% sobre os vencimentos básicos, e logo após a Assembléia votava um abono provisório de 20%, superando integralmente a

Mensagem quanto ao seu aspecto básico. Os 20% sobre os vencimentos, com a aprovação desta Mensagem, traria apenas alguns benefícios, mas seria, por outro lado inócua perante o funcionalismo que, ao final do mês, receberia a mesma importância que vem percebendo, independentemente da aprovação da Mensagem, mais as vantagens e os reajustes que se daria, como dissemos em nosso parecer, nos cargos em Comissão, funções gratificadas e salário família.

Portanto, o segundo ponto que queria chamar a atenção, é que esta matéria ficou superada porque o que interessa ao funcionalismo é aumento e o funcionalismo não teria aumento com sua aprovação, somente os que acabamos de analisar.

Em terceiro lugar, a Associação dos Servidores Públicos do Paraná manifestou-se através da imprensa e oficialmente ao governador Haroldo Leon Peres e também a esta Casa, num expediente enviado ao exmo deputado João Mansur, digníssimo líder do Governo e da ARENA, pedindo até mesmo que a Assembléia Legislativa se abstivesse na votação. Portanto, a votação desta matéria proposta nos termos em que veio de 20%, seria a contraposição da Assembléia aos interesses legítimos da classe, expressos pelo Presidente da A.S.P.P. e também pelo Presidente do Conselho Fiscal e pelo Presidente do Conselho Deliberativo daquele órgão de classe.

O quarto ponto é o de que nosso verdadeiro sentido seria de apreciarmos um real aumento. Mas neste sentido a Casa não poderia se manifestar de vez que o artigo 34 da Constituição Estadual expressa que é da competência do Executivo a iniciativa de leis que fixam vencimentos. Portanto, não há competência legal por parte da Assembléia para elevar o teto proposto de 20%, ou para aumentar 30 ou 40%, segundo critério que se poderia estabelecer mediante estudo por parte da Casa.

Portanto teríamos que adotar a medida legal que seria a solicitação de uma nova Mensagem ou a devolução desta Mensagem. E optei pela devolução da mesma para que mereça um novo estudo, uma vez que estamos vivendo uma nova fase governamental e há interesse do Governo em prestigiar e atender o funcionalismo.

Outro aspecto da Mensagem está em nosso considerandos. Diz o considerando que mesmo o adiantamento da votação da presente Mensagem não prejudica o funcionalismo, pelo contrário, virá beneficiá-lo. Então opinamos para que o projeto tenha esta sequência.

Ainda resta falar no sexto ponto, com relação à paridade.

(Lê): "Há, nesta Mensagem, um vislumbre de paridade pecuniária apenas, mediante a aprovação de uma tabela geral para o Executivo, Legislativo, Judiciário e Tribunal de Contas.

O projeto refoge ao verdadeiro princípio prioritário que é o mesmo estabelecida em Lei, "o mesmo pagamento para uma mesma função".

A valorização funcional, compensando seus verdadeiros méritos, deve ser prioritária, e não secundária, como vem posta na Mensagem, que reduz a paridade a uma mera igualdade de vencimentos — em primeiro plano, colocando-se, em segundo — o mérito funcional que ficaria, conforme o artigo 5.º do projeto, à apreciação de uma Comissão Especial designada pelo Decreto 18 305, que teria, assim, 90 dias de prazo para tomar as medidas de adaptação baseadas nas atribuições funcionais, ou assemelhadas, em funcionários dos três Poderes".

então, o sr. Presidente srs. Deputados, a razão pela qual, dentro dos argumentos, eu sugiro, no meu parecer aprovado pela douta Comissão de Constituição e Justiça.

E assim, mediante novos estudos e cálculos de uma percentagem melhor, mais elevada, mais condizente com os méritos profissionais, ela retorna a esta Casa, onde tenho certeza, todos estarão prontos a dar seu voto. E assim, agir realmente, beneficiando o funcionalismo público do Estado do Paraná.

Era esta a minha apreciação e meu encaminhamento à discussão, para que os nobres Colegas ficassem cientes do ponto de vista que nos levaram a elaborar o presente parecer.

Era só, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Alvaro Dias, para discutir.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Procuramos ser breves e sintéticos.

Srs. Deputados, finalmente, temos a possibilidade de apreciar o Projeto de Lei n. 294-70 Mensagem do ex-Governador do Estado do Paraná, que majoram as tabelas de vencimentos dos servidores civis do Estado do Paraná, e dá outras providências.

Diante de tanta injustiça por que passa a classe do funcionalismo público do Paraná, quaisquer que sejam os benefícios que se lhes proporcione, que se lhes ofereça, mesmo que sejam insignificantes, só poderemos aplaudir e apoiar.

Sabemos perfeitamente que hoje, este projeto de lei não trará grandes benefícios à classe funcional de nosso Estado. 20% seria, talvez, adequado e próximo à realidade, no mês de outubro, quando o projeto foi enviado a esta Casa Legislativa. Hoje, entendemos que, realmente, é um aumento quase insignificante para atender às aspirações da laboriosa classe.

No entanto, entendemos que nada impede que o sr. Governador do Estado envie outra Mensagem a esta Casa de Leis, mesmo com a aprovação da que ora discutimos e apreciamos.

Entendemos que deve existir o aumento, hoje, não apenas de 30%, como esclarece a Comissão de Constituição e Justiça, mas, sim, hoje já não é justo que se dê um aumento de mais 20%, além deste que aprovaremos hoje.

Aprovaremos, se a bancada da ARENA concordar. Além desse aumento de 20%, justiça seria feita se viesse nova Mensagem do sr. Governador, o que nos daria muita satisfação podermos apreciar uma Mensagem de mais 20% de aumento.

O sr. Maurício Fruct — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, por ocasião da nossa passagem pela tribuna, dissemos exatamente aquilo que V. Exa. está nesse momento afirmando, na realidade não vemos porque não possa hoje ser aprovada a Mensagem oriunda do ex-Governador do Estado do Paraná, concordando ao mesmo tempo com as brilhantes ponderações do eminente relator da Comissão de Constituição e Justiça, que afirma categoricamente, não ser esse aumento necessário ou melhor, suficiente, e justo, para o funcionalismo público.

Inclusive, sugere, em sequência e ao finalizar seu parecer, que a Mensagem seja devolvida ao Executivo para que venha atualizada, com um aumento que possa, inclusive, servir aos interesses do funcionalismo, um aumento, no mínimo de 30%. Mas, não vejo porque essa Mensagem não seja agora aprovada, porque também citou o eminente relator, quando estava na tribuna, que alguns funcionários receberiam benefícios com a aprovação desse projeto de lei. Por esta razão, concordamos com seu pronunciamento e nos solidarizamos com V. Exa..

O SR. ALVARO DIAS — Muito obrigado, nobre Deputado. Justamente, em razão do final de seu aparte, salientando as afirmações do ilustre relator da matéria que afirmou quando nos procedeu nesta tribuna, que alguns benefícios seriam trazidos seriam trazidos pela Mensagem que ora apreciamos. Desta forma, por esta razão de que não haverá prejuízo algum para que se envie nova Mensagem, somos pela aprovação do presente projeto de lei.

O sr. Igo Lesso — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Queria apenas esclarecer a V. Exa. que o meu parecer foi pautado no sentido de

que se atendam as necessidades mínimas de 30%, pleiteadas pela Associação dos Servidores Públicos do Paraná Mas não afirmei que esse aumento deveria ser de 30%. Artes, pelo contrário, num dos tópicos dêsse parecer, digo talvez nem mesmo 30% pleiteados pela classe, sejam o suficiente. Assim, o Governador do Estado, num estudo minucioso da situação, poderia elevar mais ainda aquêlê índice, em consonância com as disponibilidades dos cofres públicos.

Em segundo lugar, na verdade a aprovação dessa Mensagem não trará nenhum aumento ao funcionalismo e só apenas aos cargos em comissão e as funções gratificadas, que representam uma minoria; inclusive os cargos em comissão, nem sempre são ocupados por funcionários. A maioria não são funcionários.

E as funções gratificadas, são recebidas por uma minoria. Portanto compreendo que se deve fazer um estudo bem feito, dando um aumento a todos. O que seria ocorrer, com a aprovação dessa Mensagem, é que a imprensa iria dizer que houve um aumento de 20% para o funcionalismo, e quando os funcionários fôsseem receber, verificariam que era a mesma importância que receberam o mês passado. Portanto, seria chover no molhado neste sentido é que a Mensagem deve voltar, para um estudo e melhor análise das condições reais do fato.

O SR. ALVARO DIAS — Entendemos perfeitamente a opinião de V. Exa. Concordamos inclusive. Deve o sr. Governador do Estado enviar a esta Casa nova Mensagem, dando melhores benefícios ao funcionalismo, atingindo tôdas as áreas desta classe laboriosa, mas V. Exa., mais uma vez afirmou que pelo menos uma minoria receberá algum benefício com esta Mensagem que agora discutimos. Conforme dissemos anteriormente, não haverá prejuízo algum na aprovação do projeto, porque mesmo aprovada esta Mensagem, o sr. Governador poderá enviar uma outra Mensagem, com o aumento que se faz necessário na atualidade.

O sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Gostaríamos de lembrar um fato: não deveria ser dado um aumento nem de 20 ou 30%, mas de 40% pela lógica, pelo que é de direito. O sr. Presidente da República concedeu um aumento de 20% para os funcionários federais. E logo depois vem a Mensagem para dar 20% para os funcionários do Estado.

A Mensagem aí ficou. Resultado, os servidores federais já estão se preparando para mais um aumento de 20%, o qual será, possivelmente, decretado pelo Presidente da República, enquanto que os servidores estaduais não tiveram nem aqueles primeiros 20%. O Abono de 20% não é contado para efeito de aposentadoria, nem para efeito dos próprios benefícios do Ipe. O servidor público com isto leva uma desvantagem tremenda, porque êste abono não é contado assim para os benefícios que são propiciados ao servidor público.

O SR. ALVARO DIAS — Tenho para mim que além dos 20% do presente projeto de lei deveria ser acrescido um aumento de mais 20% numa Mensagem posterior que S. Exa. o sr. Governador poderia enviar a esta Casa de Lei.

Sabemos perfeitamente que temos na Casa a vontade da maioria. Mas queremos que conste em Ata a nossa posição em relação à presente matéria. Votaremos com o Projeto de Lei n. 294-70, contrariando, data vênha, do parecer da Comissão de Constituição e Justiça que pede a devolução do projeto ao Governador do Estado.

Se nos arvoramos em defensores do funcionalismo público do Estado é porque temos uma obrigação obrigação esta assumida quando pleiteamos o mandato de Deputado e quando pedimos o voto de confiança do povo.

Entendemos que não somente nós estamos nos arvorando em defensores da classe, entendemos que todos os Deputados com assento nesta Casa devem arvorar em defensores do funcionalismo do Estado.

Sr. Presidente, srs. Deputados, esta é a nossa opinião. Temos certeza absoluta que os nobres pertencentes ao partido da Arena levarão ao sr. Governador do Estado nosso apêlo, apêlo que não é nosso, mas que é do funcionalismo e do povo do Paraná para que se faça justiça e que se conceda a laboriosa classe o aumento que tanto almeja de longa data.

O sr. Igo Losso — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. acabou de informar que deseja votar a favor do servidor público do Paraná.

Gostaria apenas de ler a V. Exa. expediente que consta de uma das publicações de um dos vespertinos de nossa Capital e que está subscrito pelo sr. Gomes da Rocha, presidente da Associação dos Servidores Públicos do Paraná, cujo expediente foi endereçado ao Líder do Governo, sr. João Mansur, num dos trechos assim fala: "Lê) Pedimos aos srs. Deputados se abstenham de votar o projeto de aumento dos vencimentos do funcionalismo civil do Estado, aguardando Projeto a ser enviado pelo Poder Executivo com novas reivindicações da nossa classe.

Ainda há no bojo deste Parecer uma consonância perfeita entre o órgão de classe que pede que esta matéria seja substituída inclusive num ofício que envio ao sr. Haroldo Leon Peres por um outro projeto a ser enviado posteriormente. Portanto, a Casa, votando a favor deste Parecer, nada mais faz que atender ao funcionalismo através do seu órgão de classe.

O SR. ALVARO DIAS — V. Exa. nos dá oportunidade de recordar o que havíamos esquecido. Sabemos da posição da entidade representante do funcionalismo civil do Estado, mas vemos nesta posição o temor de que o aumento fique somente em 20%. Talvez entendendo que se aprovassemos o presente projeto, não seria permitido o envio do novo projeto, com aumento maior, mas fiquem tranquilos os funcionários neste sentido porque se realmente for interesse do sr. Governador dar um aumento maior ao funcionalismo, ele terá esta oportunidade, mesmo que aprovemos o presente aumento de 20%. Desta forma consideramos o assunto encerrado neste instante e com rejeição da nossa pretensão com o envio do projeto ao sr. Governador, queremos salientar que ficamos não só no direito, mas na obrigação de virmos constantemente nesta tribuna para cobrar o envio de nova mensagem que se propõe enviar o sr. Governador. Estaremos constantemente desta tribuna, lembrando, alertando e cobrando esta promessa que é da liderança do Governo nesta Casa Legislativa. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Ivo Tomazoni, para discutir.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Vou procurar ser sucinto, rápido, porque às 18.30 regimentalmente esta sessão terá seu tempo esgotado mas não poderia, sr. Presidente permitir que aqueles que assistem aos trabalhos legislativos deste Poder e os funcionários públicos do Poder Executivo menos avisados, entendessem pelas palavras dos srs. Deputados da valorosa bancada do M.D.B. que nós, Deputados da Arena, estamos impedindo um aumento de vencimentos que, segundo a bancada do M.D.B. estaria sendo proposta pela Mensagem Governamental 37-70. Venho sr. Presidente, para contestar na sua afirmação de que prejuízo nenhum acarreta ao funcionalismo a aprovação deste Projeto consequência desta Mensagem.

Sr. Presidente, srs. Deputados. O funcionalismo Público do Poder Executivo já está recebendo o correspondente do aumento de 20% proposto por esta Mensagem Governamental, recebendo em consequência de um Substitutivo Geral da Comissão de Constituição e Justiça, votado por esta Casa em novembro do ano passado, que sancionado pelo Governador do Estado, em forma de abôno provisório, está sendo pago ao funcionalismo do Estado.

E vou mais longe, srs. Deputados, para, contestando o eminente Deputado do M.D.B. dizer que se votada esta Mensagem, este Projeto de Lei acarretará prejuízo enorme ao funcionalismo do Poder Legislativo do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas. Quero fazer algumas comparações só, Sr. Presidente àqueles que dizem respeito à nova tabela que campeia esta Mensagem, notadamente a que diz respeito à fixação dos vencimentos dos valores dos níveis que vão de 14 a 20 ou 21. Observem e pasmem os srs. Deputados: propõe o Executivo para o nível 14 para os funcionários dos três Poderes e do Tribunal de Contas, um valor de 321,84. A tabela de valores para o funcionalismo deste Poder, do Tribunal de Contas e do Tribunal de Justiça, está em 331,20 acrescidos dos 20% que demos em novembro.

O nível 14 perderia 66,24, se votada esta matéria. O nível 15, teria um prejuízo de 99,36. O nível 16 o prejuízo seria da ordem de 120,96 e por que? Porque a tabela do nível 16 do Poder Legislativo é de 417,60 que acrescidos dos 20% que estamos pagando em forma de abono, vai para um prejuízo de 120,96 e por que? O nível 16 proposto como aumento de 20% fica em 380,16 e daí para fora.

O nível 20 propõe-se como aumento um valor de 669,60 nesta Mensagem. Atualmente, o nível 20 dos poderes Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas, estão recebendo este valor mais 129,60 é o prejuízo que esse funcionário teria se aprovada esta tabela. O que não entendemos é que apenas um órgão de divulgação deste Estado, o Canal 12, a quem eu rendo as minhas homenagens, venha me permitir dizer isto aos srs. telespectadores.

A outra imprensa vive a dizer que este Governo e a bancada da ARENA é que estão impedindo, afogando, tripudiando, pisoteando no funcionalismo, o que não é verdade. Apenas precisava que a bancada do MDB composta de 6 eminentes de seis inteligentes membros que são os deputados que com tanto brilhantismo dão vida a estas sessões memoráveis atentasse para este conselho. Como iremos nós, Deputados estaduais, justificar ao funcionalismo desta Casa, se votássemos esta Mensagem governamental nos termos em que está, causando os prejuízos que causaríamos aos nossos funcionários, aos funcionários dos outros Poderes. O que entende o nobre relator da CCJ, deputado Igo Losso, o que S. Exa. deseja, é que volte ao Poder Executivo esta Mensagem, e venha uma em termos sérios para que o funcionalismo realmente receba o que precisa receber, o aumento que está necessitando tanto e ninguém entende isto.

Entendemos, estamos no cotidiano necessitando dos serviços do funcionalismo mal remunerado, necessitamos daqueles que é o rosso motorista. Que compra carne uma vez por mês porque os seus vencimentos não lhe permite comprar mais. Ele que vive comendo mal, que quando necessita de assistência médica não tem e se a têm, tem muito mal, porque pelo IPE pelo Governo anterior não lhes tinha a restituição devida dos dinheiros retirados dos vencimentos destes funcionários. E se reclama aqui o atraso dos vencimentos dos meses de janeiro e fevereiro, responsabilizando este Governo. Nós devemos dar, e estamos dando um crédito de confiança total e absoluta ao Governador que está hoje dirigindo este Estado, ao eminente governador Haroldo Leon Peres, que não deseja que se faça demagogia às custas do sofrimento do funcionalismo público estadual. É necessária e imperiosa a reformulação desta Mensagem, mas que se faça esta reformulação atendendo realmente às necessidades prementes do sofrido funcionalismo público estadual.

Com o que não podemos concordar, perdoem-me os srs. Deputados, é que determinada imprensa, com sofisma, continue dizendo que estamos obstaculizando a concessão de um direito que cabe ao funcionalismo público estadual. É preciso que a imprensa mude de expressões para que não sejamos atendididos em Secretarias e Departamentos como se fôramos nós Deputados relapsos, que não tivéssemos espírito de solidariedade humana de atender nossos irmãos, elevando-lhes um pouco o nível de vida.

É o que queremos que saibam, que a imprensa divulgue para que não sejamos criticados como o fui, numa Secretaria, por dois humildes funcionários. E a eles não cabe a culpa, porque receberam aquela informação, que para eles era válida, até que pude esclarecê-los num "tête-a-tête", num diálogo que nos é impossível manter com todos os funcionários através da imprensa e que temos que fazê-lo em gabinetes, nas ruas, em repartições públicas, justificando nossa atitude. Queremos que saibam que o desejo de todos nós não é outro senão o de atender nossos irmãos que são os funcionários públicos do Executivo estadual.

O sr. Álvaro Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Compreendemos perfeitamente a comparação feita por V. Exa. há minutos atrás, com relação aos Poderes Legislativo, Judiciário e Tribunal de Contas do Estado e de forma alguma queremos ver o prejuízo desta parcela de funcionários públicos do Estado e se defendemos a aprovação do presente projeto é porque encontramos nele uma saída para que esta aprovação não se torne um prejuízo para esta área de funcionários públicos estaduais. O § 1º do artigo 4.º diz: "correndo a hipótese de que os vencimentos fixados para determinados níveis sejam inferiores aos em vigor para funcionários dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas, assegurar-se-á a respectiva diferença a ser absorvida em futuros aumentos". Portanto, se o Governador enviar imediatamente a nova Mensagem com um novo aumento, esta parcela do funcionalismo público não será prejudicada e teremos o benefício para uma maioria, como disse o ilustre relator da matéria. Com relação à expressão demagogia com o funcionalismo público, V. Exa. se referia desta forma à imprensa?

O SR. IVO TOMAZONI — Inclusive à imprensa.

O SR. ALVARO DIAS — Temos uma solução, ou temos uma sugestão ao sr. Governador do Estado, para que se acabe com esta demagogia. Simplesmente realizando o pagamento do funcionalismo público do Estado do Paraná.

O SR. IVO TOMAZONI — Já está fazendo.

O SR. ALVARO DIAS — Acabará com toda a demagogia. Enviando uma Mensagem com um aumento justo para o funcionalismo público, a demagogia será colocada por terra. E fazemos este apelo ao sr. Governador para que se acabe com a demagogia propagada por V. Exa..

O SR. IVO TOMAZONI — V. Exa. haverá de convir comigo, que o prejuízo do funcionalismo dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas, é evidente. Porque o parágrafo único do artigo 4.º é claro. E não poderemos no final, assegurar a respectiva diferença a ser absorvida nos futuros aumentos, como prevê o citado artigo.

E como não cabe a este Poder a iniciativa de aumentar valores nem tão pouco alterar a tabela de vencimentos dos cargos efetivos, proposto na tabela "a" desta mensagem. Portanto, o que mais convém é que se devolva esta mensagem. E então, sim, o Executivo a quem cabe as iniciativas de mensagens desta natureza, que faça as alterações estendendo também aos funcionários dos outros poderes o aumento, porque este aumento futuro terá que ser absorvido, nos futuros aumentos que houverem se é que haverá, para se encontrar a paridade.

É isto que, hoje, a bancada da ARENA pretende evitar.

Quanto ao aparte de V. Exa. referente à necessidade de que o Governo deve pagar os vencimentos atrasados do funcionalismo público do Estado do Paraná, nós temos a informar que, à medida que o Tesouro do Estado tiver disponibilidade, fará o pagamento que já está autorizado.

Os vencimentos atrasados se avolumam, mas as Agências de Renda de todo o interior do Estado estão arrecadando, mas ainda não é o suficiente. Porque não é só uma categoria de funcionalismo que está com seus vencimentos atrasados, mas são todas, civis e militares também estão a necessitar do correspondente aos seus vencimentos.

Mas, é necessário, srs. Deputados que todos tenhamos um pouco de compreensão com o Governo que se instalou há 30 dias e que está arrecadando e está pagando também.

V. Exa. sabe como se encontravam os hospitais do Estado. Estivemos no "Adauto Botelho" e lá pudemos constatar não só o desespero dos doentes, a falta de medicamentos, mas de alimentos também.

Os abrigos de menores também estão com grande dificuldades. Embora muitas verbas tenham sido votadas.

Mas, os srs. Deputados sabem como é grande a luta para se internar um doente. A capacidade de leitos, nos hospitais, é de 280 leitos, e os internados são 600 faltando portanto, tudo.

É lógico é evidente, é normal, que o sr. Governador do Estado tenha prioridades. E são estas prioridades, porque o doente não pode aguardar que o hospital tenha crédito para sua alimentação. O funcionario estadual ainda pode dialogar com o seu fornecedor.

É essa a prioridade que, entendemos, deve atender o Governo do Estado.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa interrompe o nobre Deputado que se encontra na tribuna, para votar um requerimento de autoria do sr. deputado Marciano Baraniuk, pedindo prorrogação da sessão por mais uma hora.

Em votação o requerimento. **Aprovado.**

Fica, portanto, prorrogada a sessão por mais uma hora.

Continua com a palavra o sr. deputado Ivo Tomazoni.

O SR. IVO TOMAZONI — Concedo aparte ao nobre deputado Antônio Belinati.

O sr. Antonio Belinati — Nobre Deputado estamos fugindo muito da pauta de nossos trabalhos. Nós estamos discutindo o Projeto de Lei nr. 294-71.

Mas, já que se foge assim ao projeto em questão, gostaríamos de lembrar sr. Deputado, que quanto ao que o Estado esta pagando e hoje saiu nas manchetes dos jornais da Capital, que as viúvas não estão percebendo, estão passando fome porque não recebem. Iremos falar, oportunamente, sobre esse assunto, porém apenas como colaboração, lembro a V. Exa. esse fato

O SR. IVO TOMAZONI — Permito-me a responder que as viúvas não receberam e a responsabilidade não é do sr. Haroldo Leon Peres. Referi-me exatamente a isso, quando discutia essa mensagem. Dizia que não foi recolhido ao IPE, como deveria ter sido feito, por alguns longos meses, o dinheiro que o Estado reteve nas folhas de pagamento do funcionalismo.

É possível sr. Deputado, que o pagamento às viúvas esteja como prioridade primeira, no esquema de pagamento da Secretaria de Fazenda. Todos nós estamos certos de que este Governo é humano, de que haverá de atender, sem alardes, sem pretender que todos fiquem a aplaudir em todas as suas decisões. A condução da bancada da ARENA nos trabalhos desta Casa, tem demonstrado a permanência, numa conduta que eu admiro, porque não estão a badalar o novo Governador, estão lhe dando um crédito de confiança, sabendo que ele haverá de corresponder a essa confiança, mas que para a realização do Governo humano que ele irá fazer, temos certeza, haverá de necessitar de uma crítica, mas crítica construtiva, menos asoberba menos carregada de frases pejorativas mas mais sérias, e tanto nós da Arena como do MDB, devemos usar da linguagem que ele possa entender, porque essa mensagem, na sua origem está superada, não atende às necessidades mínimas do funcionalismo público.

O sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Distinguo no assunto que V. Exa. está abordando, dois problemas que me interessam muito: em primeiro lugar entendo que a devolução da mensagem ao Executivo, pela Comissão precedida de entendimentos, que implicam na certeza de que ela aqui voltará com um índice de aumento majorado.

Entendo que assim seja, sob pena de pensar que ela seja devolvida, co-

mo instrumento de ordem protelatória. Votei na Comissão de Constituição e Justiça, votei conscientemente de que teria havido um entendimento prévio entre o Executivo e seus representantes na Assembléia Legislativa, no sentido de que a mensagem seja devolvida a fim de ser aumentado o seu índice.

Outro aspecto que me interessa, e ao qual V. Exa. se refere, é *isto* que diz respeito aos atrasados ao funcionalismo. Compreendo mesmo que a situação que o Governo atravessa, para fazer face a outros compromissos vencidos, no entanto, acho que o que o governo teria que fazer, e pergunto se já não existe, um planejamento para marcar um prazo dentro do qual será resgatado esse atrasado V. Exa. nos poderia informar algo acerca disso, porque a marcação do prazo é importante, para que eles possam protelar, com seriedade, suas dívidas, fixando um prazo para o pagamento. No planejamento do Governo está previsto esse prazo?

O SR. IVO TOMAZONI — Nobre Deputado, V. Exa. mereceu meu respeito e sempre mereceu, pela amizade mútua que sempre nos atribuímos. O simples fato de que o sr. Governador do Estado tenha determinado ao sr. Secretário dos Negócios da Fazenda que os pagamentos do Tesouro do Estado devessem sem aqueles que pudessem cobrir atrasados do funcionalismo público. Para nós é medida suficiente para que acreditemos nele. Assim que o Tesouro tiver condições ele deverá efetuar o pagamento desses atrasados. Se os números forem válidos a cifra chega à casa dos 140 milhões de cruzeiros novos. Veja V. Exa. apenas trinta dias de Governo não seriam suficientes. Em Pato Branco, cidade comum a nós dois, cidade que tanto queremos e amamos e pela qual tanto lutamos, muitos professores suplementaristas, do Colégio Estadual daquele Estado não recebem suas aulas suplementaristas desde março de 1970.

O atraso não é janeiro e fevereiro. Muitos funcionários não receberam dezembro e novembro. Com relação as aulas suplementares, deveria solicitar o testemunho de um nobre Deputado da Arena, o Governo do Estado gastou soma superior a 81 milhões de cruzeiros antigos. Dêsses, nobres Deputados, cerca de 26 ou 27 não foram pagos, não porque o Governo não pretendesse pagar, é o que o Tesouro não tinha como pagar. Esta situação foi encontrada por este Governo. Devemos dar ao Governo tempo necessário para que possa pagar o funcionalismo.

O Sr. Mauricio Fruct — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Eminentíssimo Deputado, inicialmente gostaria de afirmar que em certo trecho de seu pronunciamento, referindo-se à concessão do abono provisório, taxativamente disse a esta Casa que o abono provisório representaria a mesma solução no caso de hoje ser aprovado o projeto de lei em discussão. V. Exa. não corresponde à realidade. O abono não é incorporado ao salário e em razão disso o funcionário não pode fazer jús ao relativamente à quarta parte e a outros benefícios.

V. Exa. não respondeu ao aparte do nobre deputado Sebastião Rodrigues sobre se tinha certeza que, em curto espaço de tempo, novamente viria a esta Casa nova mensagem trazendo aumento superior ao proposto nesta, podendo, talvez, chegar aos 30 ou mais. Todavia a preocupação de V. Exa. foi justificar o não pagamento dos vencimentos atrasados. Portanto, V. Exa. não deu a resposta à pergunta do deputado Sebastião Rodrigues. Como está presente o líder de sua bancada, respeitosamente solicito, se assim entendesse V. Exa., que nos traga alguma notícia a este respeito.

O SR. IVO TOMAZONI — Talvez a modéstia deste Deputado não me tenha permitido responder o aparte do deputado Sebastião Rodrigues, não que isto significasse pretensão de não atendê-lo. Ocorre que o governador Haroldo Leon Peres não costuma conversar com todos os srs. Deputados sobre o mesmo assunto.

Nós temos uma Liderança e existem lideranças muito atuantes e sempre

deixamos a estas lideranças a faculdade de obterem a orientação que nos é permitida e a disciplina partidária sempre nos diz, já que esta atende a nossa consciência, nós a temos seguido sempre.

O sr. Armando Queiroz — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). A maneira como V. Exa. vem conduzindo o debate dêste assunto permite-me uma pequena intromissão para dizer o seguinte. Frisco V. Exa. aqui nesta Casa que a dívida do Tesouro do Estado, com relação ao funcionalismo público andava na casa dos 142 milhões. Realmente os números estão por aí. No mês de janeiro, sr. Deputado, a arrecadação do Estado não atingiu, talvez (tivesse atingido 60 bilhões de cruzeiros; o mês de fevereiro a arrecadação não chegou ao número de 65 e pelos dados que eu tenho, março não chegou a 70 bilhões, mas a gente nota que está havendo um aumento de arrecadação, isto em virtude da safra que está sendo colhida e comercializada, como o caso do arroz, do algodão e outras coisas que produzem. Pois bem. Se o Estado arrecada 70 bilhões por mês é impossível, sr. Deputado, totalmente impossível que possa colocar em dia de uma hora para outra êste atraso de pagamento de pessoal. Estou sabendo, sr. Deputado, que o sr. Governador está procurando, os meios talvez os mais impossíveis, junto ao Governo federal junto às organizações bancárias particulares, no sentido de conseguir recursos para poder, pelo menos no início, liquidar êstes atrasados e dar a êle Governador, condições de fazer apêlo ao funcionalismo para que trabalhe junto com êle pela grandeza do nosso Estado e por êste progresso que todos nós desejamos. Enquanto não fizer êste pagamento, êle não poderá fazer êste apêlo.

O SR. IVO TOMAZONI — Agradeço o aparte que naturalmente vem enriquecer o pobre pronunciamento que estou fazendo...

O sr. Alvaro Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Pedimos um aparte a V. Exa. para mostrar que está usando de uma modéstia exagerada. O nosso temor é que seja esta uma manobra de protelação do aumento do funcionalismo público em virtude justamente das alegações, justamente pela situação do Tesouro do Estado. Nós nos comprometemos neste instante a votar com a Comissão de Constituição e Justiça desde que a Liderança do Governo nesta Casa se comprometa conosco em que a Mensagem do novo aumento virá dentro do prazo de 20 dias. Se houver êste compromisso, que o sr. Governador enviará mensagem de aumento dentro de 20%, nós votaremos e com muita satisfação com a Comissão de Constituição e Justiça e com V. Exa..

O SR. IVO TOMAZONI — Não sei se é válida a tese de V. Exa., porque eu tenho ouvido demais nesta Casa, que cada um observe as suas atribuições. Não cabe a nós senão o poder da solicitação e muitas vezes pela amizade, pelo companheirismo e através do diálogo que se pode fazer, não sei se desta Casa cabe um compromisso que possa comprometer a liderança ou a bancada num compromisso que deve ser, se tomado, de exclusiva responsabilidade do Chefe de um Poder. Concedo um aparte ao nobre deputado Wilson Brandão.

O sr. Wilson Brandão — Sr. Deputado Ivo Tomazoni, esta Casa estava esperando o pronunciamento do gabarito e do quilate peculiar a V. Exa.. Tivemos êste com a atenção não só do Plenário, mas também dos membros desta Casa que, quando V. Exa. fala, há um silêncio. E êste silêncio eu respeito. Mas o que me admira, nobre Deputado, é a maneira com que V. Exa. debate o tema, com aquela grande virtude que um homem público possui, que é a coerência.

Na minha condição, devo dizer que o meu temperamento é mais explosivo. Talvez eu tivesse assim, enveredado para um outro caminho. Notei, que quando V. Exa. aparteava, mesmo assim soube responder com flores, com dignidade e com respeito aos apartes mais profundos possíveis. Recordo-me há pouco, o nobre deputado Alvaro Dias, quando se referia a

V. Exa., dava um conselho ao Governo, de que a imprensa cessasse esta novela de pagamento do funcionalismo público.

E eu o respondi dizendo, que não era isso que pediria o conselho, este conselho eu pediria ao Governo. A fórmula da imprensa cessar, seria pagar o que ela pede, e o que sempre pediu no seu vício que é o dinheiro do povo. E este vício não vem só deste Governo, vem de outros governos. A isso é necessário que se faça justiça.

Pois bem, agora, o que não se pode admitir, é tirar o voto de crédito de um Governo que está com o seu Estado asfiziado em dívidas, como bem expôs o nobre deputado Armando Queiroz.

Estão com medo de manobrar? Acho que esta Casa não faz manobras dentro dos interesses relevantes, que é o interesse do nosso funcionalismo. Mas o que eu quero dizer, é que não temos 20 dias, não temos 30 dias, e esta matéria irá às mãos do Governo, e tenho certeza que ele, dentro da realidade em que passa o Paraná, das necessidades do funcionalismo, ele dará um atendimento real e humano, dentro da estrutura econômica do nosso Estado. O que me admira, nobre Deputado, é o seu gabarito, a sua inteligência para tratar de assunto tão delicado. Porque é tão fácil chegar aqui, bradar, berrar, fazer "strip-tease" com coisas sérias, sem resolver os problemas cruciantes. Se se mexer na ferida, tem que se levar um lenitivo para esta ferida. Aquêlê que lhe ataca, aquêlê que lhe interpela, não encontra medida saudável. E a tempestade falando. E se acalmar esta tempestade, tudo será resolvido, eu tenho certeza, no mais breve espaço de tempo possível.

A verdade, srs. Deputados, é que este meu pronunciamento é para dizer a todos que V. Exa. merece o meu respeito, porque é muito fácil criticar. Mas faço um apêlo através de V. Exa. aos Colegas, pois o Estado está em dificuldades e não é atirando pedras no Governo, fazendo críticas, no instante em que estamos numa época revolucionária, que traremos a paz e a tranquilidade ao povo. E é com este padrão elevado que cada um dos Deputados assume de per si, com o bom senso de todos, que poderemos levantar o Estado e conduzir a Assembléia, que representa o povo, para um caminho tranquilo e cheio de glórias, para que possa ser o Brasil o País do futuro.

O SR. IVO TOMAZONI — Agradeço a V. Exa. o aparte que prendeu a atenção dos membros deste Poder, pela seriedade do que conteve no seu todo.

Quero, sr. Presidente e srs. Deputados, deixar a tribuna e dizer aos senhores Deputados, notadamente aos membros da valorosa bancada do MDB, que debates sobre assuntos que interessam à coletividade paranaense terão de ser travados aqui e eu me parabeno por conseguir deixar esta tribuna tendo merecido o respeito da bancada do MDB e tendo recebido apartes calorosos, que tanto ânimo me deram dos valorosos companheiros da ARENA. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a honra de anunciar a presença do sr. prefeito de Guaraci, Marcílio de Oliveira.

Continua em discussão o Projeto 294-70. Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. JOÃO MANSUR — Feço a palavra, sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o sr. Deputado.

O SR. JOÃO MANSUR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Serei breve, apenas quero satisfazer às indagações que foram formuladas por eminentes Deputados do MDB, ao meu colega que ocupou a tribuna, sr. Ivo Tomazoni.

O palpitante assunto de aumento do funcionalismo público do nosso Estado, sempre preocupou esta Casa. E nunca os Deputados, que aqui estiveram em Legislaturas passadas, ficaram alheios ao clamor desta classe, que

é a alavanca mestra da administração pública do Paraná. E foi assim que ao findar a Legislatura passada esta Casa houve por bem conceder um abono de emergência de 20% ao funcionalismo público do Paraná, sentindo a necessidade premente desta valerosa classe. Encontra-se tramitando nesta Casa a Mensagem governamental que concede 20% de aumento ao funcionalismo público e eu quero cumprimentar o relator da Comissão de Constituição e Justiça, quando concluiu pela devolução deste projeto, desta Mensagem ao Poder Executivo, alegando que os 20% propostos já não mais atendiam a realidade do presente.

Quero pedir aos nobres Deputados que integram a bancada do MDB, pedir-lhes, em nome do funcionalismo, a fim de que o funcionalismo tenha, realmente, um aumento que venha fazer frente à sua subsistência, que acompanhe a bancada da ARENA, votando pelo parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

E posso afiançar-lhes de que, amanhã, às 15 horas, o sr. Governador do Estado estará recebendo o sr. Presidente da Associação dos Servidores Públicos do Estado do Paraná, para iniciar o debate para conceder ao funcionalismo um aumento mais condizente com a hora presente.

Não viemos aqui fazer demagogia com coisas sérias. O que queremos, o que a Casa quer — mas é preciso que se ressalve que o Governo do Estado também quer — porque é sensível às necessidades dos homens que ajudam o engrandecimento do Paraná. E S. Exa., por certo, saberá, juntamente com os representantes de classe, das necessidades do funcionalismo, e atenderá esses anseios, mandando, estamos certos, dentro do mais breve tempo possível, a esta Casa, a nova Mensagem de aumento do funcionalismo público estadual.

E foi dito e repisado nesta Casa, srs. Deputados, que a retirada da Mensagem em nada prejudicará o funcionalismo. Porque, realmente, os 20% propostos e que todo o funcionalismo está recebendo através de abono de emergência, que esta Casa aprovou o ano passado, não atendem mais a realidade. Dado o adiantado da hora, faço apêlo à briosa bancada do MDB, no sentido de ajudar o funcionalismo, a fim de que possa, amanhã, o sr. Presidente da Associação dos Servidores do Estado do Paraná estudar o problema com o sr. Governador, para que, tão logo, seja enviada, a esta Casa, uma nova mensagem de aumento ao funcionalismo.

E este o apêlo que faço aos nobres Deputados que integram a bancada do MDB, que acompanhem a bancada da ARENA, votando o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

E vejam, srs. Deputados, tanto se falou de atrasados, e não ocupo a tribuna, neste instante, como homem de empresa, que conhece as dificuldades de todos aqueles que estão à frente de uma organização particular, e a administração pública nada é mais do que uma organização.

Vejam, srs. Deputados, que recebi hoje, nesta Casa, mas não recebam isto como crítica, recebi notícias de que a Faculdade de Filosofia e Ciências de Guarapuava está, hoje, à beira do fechamento, porque até agora não recebera mas verbas votadas por esta Casa, verbas que totalizam 370 mil cruzeiros.

De modo que são dificuldades como esta que a Casa está ciente, consciente, está ciente também de seu papel, dando a este homem que, hoje, assume a liderança do Estado, assume a administração estadual, dando-lhe um crédito de confiança, sem passar pelos homens que já ocuparam o Palácio Iguaçu.

Só assim, srs. Deputados, esta Assembléia cumprirá com o dever, e haveremos de dar a Haroldo Leon Peres o crédito de confiança que ele necessita, para que sua obra administrativa se reflita em todos nós paranaenses.

Lanço um último apêlo à Assembléia Legislativa, independente de cor partidária, para que, juntos, dêsemos um voto de confiança ao sr. Haroldo

Leon Peres, porque tenho confiança de que este homem que foi escolhido pelo eminente sr. Presidente da República para dirigir os destinos do Paraná neste quadriênio, está imbuído das melhores condições e intenções para bem dirigir o nosso Estado.

De modo que deixo este apêlo a todos os srs. Deputados com assento nesta Assembléia, para que a Assembléia Legislativa dê êsse crédito de confiança, deixando de lado disputas partidárias e assuntos pessoais, para que Haroldo Leon Peres possa, no cumprimento exato do seu dever e em correspondência à confiança que receber de S. Exa. o sr. Presidente da República, bem administrar este Estado, dando dias mais tranquilos ao povo paranaense, trazendo mais progresso e mais ordem, que é o que o povo paranaense quer, para que o Paraná se projete junto aos demais Estados da Federação brasileira. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o deputado Nivaldo Krüger, para discutir.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Serei breve. Apenas não poderíamos ficar insensíveis ante o apêlo veemente que nos é dirigido pelo Líder do Governo nesta Casa. Não poderíamos deixar de transmitir a esta Casa o pensamento de nossa bancada, com relação a este assunto.

A Comissão de Constituição e Justiça opina pelo retôrno do Projeto ao Executivo. Nós entendemos que a Comissão está com a razão. Mesmo porque a mesma correspondência dirigida ao Líder da ARENA pela Associação dos Servidores Públicos do Paraná foi dirigida à liderança do MDB, solicitando um aumento na ordem mínima de 30%. Devo confessar a esta Casa, neste instante, que nós não tínhamos condições, de pronto, de imediato, para dizer o "quantum" ideal para atender às necessidades do funcionalismo público.

Como muito bem diz o Presidente daquela entidade, talvez os 30% não sejam suficientes, é necessário que se faça uma análise de maior profundidade. Entretanto, para que se dê oportunidade a essa análise, para que se dê oportunidade à classe de ser ouvida, como certamente ela será ouvida pelo sr. Governador, conforme informa o Líder do Governo nesta Casa, e ouvida será também nas Comissões desta Casa, no momento em que o projeto por elas tramitar, nós temos certeza de que ela será atendida em suas reivindicações.

E agora, como réplica ao apêlo, a bancada do MDB apela também no sentido de que se dê ao funcionalismo público, não o que está previsto unicamente numa taxa percentual fixa, mas se dê vencimentos condignos justos, vencimentos à altura e que se exija também dêsse corpo funcional trabalho na proporção dos rendimentos que obtém, mas que não se coloque jamais o funcionalismo neste estado de vexame em que está colocado atualmente.

É triste verificar isso que assistimos em todo o interior do Estado, funcionários vendendo a oportunistas suas fôlhas de vencimentos, a trôco de um percentual muito reduzido. Que nunca mais aconteça isso em nosso Estado, pois a responsabilidade não será só do Executivo, será também nossa.

E aqui estaremos, nós do MDB, prontos a colaborar com a bancada majoritária, não que ela precise do nosso apoio, pois tem maioria, pode fazer na Casa o que quiser, mas apoiaremos sempre as boas causas. Sentimo-nos honrados pela consideração que S. Exa. o sr. deputado João Mansur vem demonstrando para com nossa bancada, consideração que faz com que nos coloquemos no mesmo nível e mesma altitude de elevação e dignidade, pois assim daremos aquêlê ideal que é de V. Exa. e que há de ser de todos nós como homens bem intencionados na vida pública. Desta maneira, estaremos fazendo com que o sistema democrático cresça perante a opinião pú-

blica porque, como já foi dito, grandes contingentes da população brasileira desacredeita da vida pública e do homem público e em razão disto se distanciam e partem para a ação, às vezes, até violenta.

Assim, sr. Presidente, eis o quadro da minha cidade com relação aos vencimentos de pessoal. Há poucos dias os juizes de minha cidade, pretendendo receber seus vencimentos, foram à agência arrecadadora do Estado e solicitaram o pagamento dos mesmos. Isto lhes foi negado pelo funcionário e os Juizes numa atitude de dignidade, os magistrados de Guarapuava, fizeram valer os seus direitos e exigiram o pronto pagamento sob pena de pedirem intervenção naquele Município. Vejam a que ponto de gravidade e seriedade chega-se neste Estado.

Estamos, deputado João Mansur, inteiramente solidários com as suas palavras e pediríamos a V. Exa. que fôsse determinado pelo Governo do Estado a definição de duas coisas: uma com relação a este aumento, para que não fique protelado e engavetado, e a segunda etapa referente à liquidação em primeiro plano, em prioridade absoluta e até se fôr necessário esta Assembléia votará lei especial dando ao Governador direito de negociar um financiamento para que se dê um fim a esta situação que é triste e dramática para o funcionalismo público.

Segundo tenho conhecimento, uma viúva de um funcionário público lá da minha cidade não tendo mais meio algum para pagar seus compromissos, foi obrigada a empenhar o que tinha de mais caro, seus móveis e objetos de valor porque o IPE, infelizmente, não pode dar-lhe assistência.

Foi em razão disto e em razão de outras coisas mais que, neste instante, concordamos com o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, parecer equilibrado me pareceu, tendo em vista não somente o Estado como os funcionários públicos.

Portanto, deputado João Mansur e Presidente desta Assembléia, este nosso depoimento no encaminhamento deste Projeto com relação à proposta da Comissão de Constituição e Justiça, para que seja devolvido o projeto ao Governador do Estado. Obrigado! — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. — **Aprovado.**

Para representar esta Assembléia na Sessão Solene da Câmara Municipal da Lapa, designo os srs. deputados Borsari Neto, Caetano Braga Côrtes e João Fadel.

Para representar esta Assembléia no Congresso Nacional do Café, designo os srs. deputados Antônio Maciel, Lázaro Dumont, Hélio Manfrinato e um membro da Comissão Executiva.

O sr. deputado João Mansur, líder da bancada da ARENA, indica o nome dos srs. deputados Paulo Poli, Antônio Lopes Júnior, Basílio Zanusso e Marciano Baraniuk, para comporem a Comissão Especial que visitará as obras da Estrada de Ferro Central do Paraná. Ao Departamento Legislativo — **Divisão das Comissões para anotar.**

O sr. deputado João Mansur, líder da bancada da ARENA, indica os nomes dos srs. deputados Erondy Silvério, Gilberto Carvalho, Wilson Brandão e Pinto Dias, para integrarem a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre irregularidade do Governo passado. Ao Departamento Legislativo — **Divisão das Comissões para anotar.**

O sr. deputado Ivo Tomazoni, solicita encaminhamento de ofício, lido da tribuna, ao sr. Diretor da Editora "O Estado do Paraná". **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria de Ovídio Franzoni, constante do Expediente, solicitando da COPEL a instalação de energia elétrica nos distritos de São Lourenço e Vidigal. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Marciano Baraniuk, solici-

tando seja encaminhado expediente ao sr. Secretário de Estado e Negócios da Fazenda no sentido da instalação de uma Agência de Rendas, no Distrito de Ivaté. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Paulo Poli, solicitando seja encaminhado apêlo ao sr. Ministro dos Transportes no sentido que a Rodovia BR-369 seja executada pelo traçado já previsto. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado enofonte Villanueva, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apêlo ao sr. Diretor do Departamento de Estrada e Rodagem, no sentido de ser dada melhor condição de tráfego à estrada que liga Foz do Iguaçu a Pôrto Meira. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Xenofonte Villanueva, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apêlo ao sr. Ministro dos Transportes, no sentido de ser estabelecida a ligação entre o Brasil e a Argentina, sobre o Rio Iguaçu. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Maurício Fruet constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao sr. Governador e ao sr. Presidente da Paranatur, sugerindo realização de simpósio do Turismo Paranaense. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Nivaldo Krüger constante do Expediente, indicando os deputados Muggiati Filho para integrar a Comissão Especial que estudará o problema da paralisação das obras da Estrada de Ferro Central do Paraná. Ao Departamento Legislativo, Divisão das Comissões, para anotar.

Requerimento de autoria do sr. deputado Nivaldo Krüger constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao sr. Governador do Estado, no sentido de que o mesmo encaminhe Projeto de Lei à Assembléia Legislativa, isentando de taxas a feitura de carteiras de identificação e certidões de boa conduta, expedidas pela Secretaria de Segurança Pública. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Muggiati Filho constante do Expediente, solicitando apêlo ao sr. Presidente da Rede Ferroviária Federal S.A., no sentido de deixar sem efeito a suspensão do uso do passe livre por parte dos seus funcionários aposentados. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Sebastião Rodrigues, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao sr. desembargador Joaquim de Oliveira Sobrinho, DD. Corregedor Geral da Justiça do Estado, sugerindo a adoção de providências, a exemplo de São Paulo (Provimento n.º 2 de 15.3.71), visando a disciplina, para efeito de evitar abusos, o protesto de títulos pelos cartórios competentes. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido de que seja revestida a estrada que demanda de São Mateus do Sul ao entroncamento do distrito de Riozinho, passando por Estiva, indo até a estrada geral de União da Vitória a Irati. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Antônio Belinati, constante do Expediente de sessão anterior, com a sua discussão adiada para a sessão de hoje, solicitando voto de congratulações aos jornais "O Estado do Paraná", "Tribuna do Paraná" e às Emissoras "Televisão Iguaçu" e "Televisão Tibagi". **Retirado pelo autor.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Armando Queiroz, constante do Expediente, solicitando que seja encaminhado ao sr. Governador do Estado, pedido de informações. **Em discussão.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Peço a palavra, sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão do requerimento, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do sr. Antônio Belinato, solicitando seja adu-

zido ao requerimento apresentado pelo deputado Armando Queiroz, as palavras "Em todos os órgãos de divulgação do Estado do Paraná e do Brasil, até o ano de 1971, a partir de 31-1-61". **Em discussão.**

O SR. JOAO MANSUR — Peço a palavra, sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão do requerimento, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do sr. deputado Nelson Buffara, constante do Expediente de autoria do sr. deputado Nelson Buffara, constante do Expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao sr. Ministro do Interior. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado cópias do seu pronunciamento aos srs. Prefeito de Curitiba, à Câmara Municipal de Curitiba, Secretário de Segurança Pública, Presidente do Conselho Municipal de Transportes e Sinalização e Chefe da Agência local do Serviço Nacional de Informações e finalmente ao Comandante da Quinta Região Militar. **Deferido.**

Requerimento de autoria do deputado David Federmann, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Departamento que determine de Rodagem, no sentido de que sejam tomadas providências que determine a conservação de estrada que liga Reserva a Cândido de Abreu. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 16, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.os 32-70, 118-70;

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.o 228-70;

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os 42-70, 138-70;

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.o 252-69.

Levanta-se a sessão.